

GABRIEL DE SENNA PONDÉ

**A MORTE DO GENERAL SANJURJO
ANÁLISE DO TRATAMENTO DA IMPRENSA
ESCRITA PORTUGUESA DA ÉPOCA RELATIVO AO
ACONTECIMENTO PÚBLICO**

Orientadora: Professora Doutora Carla Baptista

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação**

**Lisboa
2012**

GABRIEL DE SENNA PONDÉ

**A MORTE DO GENERAL SANJURJO
ANÁLISE DO TRATAMENTO DA IMPRENSA
ESCRITA PORTUGUESA DA ÉPOCA RELATIVO AO
ACONTECIMENTO PÚBLICO**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Jornalismo, Política e História Contemporânea no Curso de Mestrado em Jornalismo, Política e História Contemporânea, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Professora Doutora Carla Baptista

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa
2012

Uma boa reportagem se faz com precisão, rigor e correção, mas também e sobretudo com emoção.

Zuenir Ventura

Sanjurjo, o valoroso soldado da Espanha gloriosa, cujo assomo de comandante intrépido parecia que na hora do perigo transfigurava o seu corpo roliço e baixo, morreu ontem num trágico desastre de avião. A sua figura hirta e garbosa, que o fragor das batalhas respeitara, amarfanhou-a a morte entre labaredas de uma aeronave incendiada. O grande fim do grande militar!

Jornal Novidades, 21 de julho de 1936

A Ivany e Aurelice, mestras.

AGRADECIMENTOS

É um domingo. E domingos não são bons dias para agradecer. Melancólicos, deixam-nos mais emotivos, dificultando, sobremaneira, o nosso poder de síntese. Tenho uma página em branco e, no entanto, dezenas, talvez centenas de pessoas a quem devo carinhosas palavras de agradecimento. Da janela do meu quarto, no Boulevard Suíço, olho, porém, não diviso o topo da casa do poeta Castro Alves. O que vejo é uma lista infindável de nomes a desfilar na minha memória, numa vã tentativa de filtrar alguns deles por meio desta tarefa tão ingrata quanto injusta chamada seleção. Na minha falta de tato com as palavras, todavia, talvez não tenha me feito entender, e, por isso, aqui fica uma espontânea e inadiável explicação: você, você e você, e você também, foram extremamente importantes para a conclusão deste trabalho.

Deixar, contudo, a imprecisão é preciso e cito alguns nomes, e, não contemplando todos, peço desde já sinceras desculpas pelas omissões. Início por Portugal, ou melhor, pela professora Carla Baptista, que, sempre solícita, orientou esta dissertação. Aos colegas de curso e virtuais mestres Ana Francês, André Filipe, António Reis, Carolina Carvalho, Fernando Realinho e Rui Pêgo agradeço a companhia e os incentivos ao longo desta jornada acadêmica. Também agradeço aos amigos portugueses Maria Morgado, Carla Carolino e José Santos os momentos agradáveis que junto a eles desfrutei. Não poderia, obviamente, concluir esta referência lusa sem mencionar o meu padasto José Colaço, que me acolheu na sua casa tão bem quanto um bom pai acolheria o seu próprio filho.

Do Brasil, devo ressaltar o apoio irrestrito dos amigos e da família. Como aqui também não me eximiria da já referida tarefa de seleção, agradeço, em primeiro lugar, aos meus primos, em especial a Mário, pela saudável convivência e, de seguida, aos meus tios, nomeadamente os meus padrinhos Verbena Pondé e Luís Fernando Senna, que em mim sempre acreditaram. À minha mãe agradeço por um único motivo: por tudo. E a meu pai devo o prazer da leitura e a consciência de que a curiosidade é o nosso bem maior. Finalmente, agradeço a Aurelice e a Ivany, as minhas duas grandes amigas, por terem me criado com tanto amor e dedicação. Sim, hoje é domingo, entretanto, isso não será empecilho para que todo o meu reconhecimento seja sintetizado numa só palavra: obrigado.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo investigar o tratamento que a imprensa escrita portuguesa deu à morte do general Sanjurjo, à época do acontecimento, com vista a saber se deixou ela de noticiá-la, tendo em conta que operava, então, sob censura prévia. Ou melhor: se esteve preocupada em omitir e, inclusive, deturpar informações que estivessem em desalinho com o regime português. Com isso, pretende-se traçar uma radiografia da linha editorial dos jornais daquele período em relação ao salazarismo. Este trabalho também tem por escopo lançar luz sobre o oficial espanhol, trazendo-o novamente para o centro das atenções, conquanto, desta vez, académicas na sua maioria, já que ele permanece, contraditoriamente, uma figura histórica desconhecida, até mesmo em Portugal. Periféricamente, analisa-se, igualmente, a configuração mediática do «corpus» em questão à luz da teoria dos «Media Events», visto que as dissertações de mestrado devem não só trazer informações científicas originais como também constituir um exercício académico. Para ambas as análises, a abordagem adotada é a que trata das modalidades da construção jornalística, ou seja, que estuda as condições de produção do discurso, ao passo que a metodologia, a da Análise Crítica do Discurso.

Palavras-chave

Análise do Discurso; Censura; Imprensa; Salazarismo; Sanjurjo.

ABSTRACT

This dissertation has as aim to investigate the treatment of the Portuguese written press of the time relative to the general Sanjurjo's death. It's purpose? Knowing whether the local press, seeing it used to operate under the pressure from the censorship, didn't deliver news about the occurrence. Or rather: whether it was concerned in omitting and, including, distorting information that was out of synch with the Portuguese system. Therewith, it's expected to chart a radiography of the newspapers' editorial line of that time towards the Salazar's regime. This work also has as objective to spotlight the Spanish officer, putting him again at the center of attention, although, this time, academics in the majority, as he stays, in a contradictory way, an unknown historical figure, even in Portugal. Incidentally, the media configuration of newspapers at issue is also analyzed, taking into account now the Media Events Theory, considering the Master Degree's dissertations should not only bring original scientific information but also constitute an academic exercise. For both analyses, the approach adopted is the one that investigates the modalities of the journalistic constructions, namely the one that studies the conditionals of the lecture production, whereas the methodology, the Critical Analysis of the Speech.

Keywords

Analysis of the Speech; Censorship; Press; Salazar's regime; Sanjurjo.

RESUMEN

Ésta disertación tiene por objeto investigar el tratamiento de la prensa escrita portuguesa de entonces en relación a la muerte del general Sanjurjo, con vista a saber si la prensa local, teniendo en cuenta que operaba bajo la presión de la censura previa, dejó de notificar el acontecimiento. O mejor: si estuvo preocupada en omitir e, inclusive, corromper información que no estuviese en sintonía con el régimen portugués. Con esto se pretende trazar una radiografía de la línea editorial de los periódicos de aquella época en relación al salazarismo. Éste trabajo también tiene por objetivo lanzar luz sobre el oficial español, trayéndolo nuevamente para el centro de las atenciones, con que, ésta vez, académicas en su mayoría, en la medida en la que él permanece, contradictoriamente, una figura histórica desconocida, inclusive en Portugal. De modo periférico, se analiza igualmente, la configuración mediática del «corpus» en cuestión a la luz de la teoría de los «Media Events», visto que las disertaciones de maestría deben no sólo traer informaciones científicas originales sino también construir un ejercicio académico. Para ambos análisis, el abordaje adoptado es el que averigua las modalidades de construcción periodística, o sea, que estudia las condiciones de producción del discurso, mientras que la metodología, la del Análisis Crítico del Discurso.

Palabras clave

Análisis Crítico del Discurso; Censura; Prensa; Salazarismo; Sanjurjo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
1. IDENTIFICAÇÃO DO ACONTECIMENTO.....	18
1.1 Crônica de uma morte não anunciada.....	19
1.1.1 Versões do acidente	21
1.1.2 O último adeus ao «caudillo»	22
1.2 Quem era Sanjurjo?	26
1.3 A chegada a Portugal.....	27
1.3.1 Do desembarque em Alcântara	28
1.3.2 Da recepção no Monte Estoril.....	29
2. ÂMBITO HISTÓRICO	33
2.1. Salazar e a Guerra Civil de Espanha	33
2.2. Jornalismo português: da Restauração até à década de 1930	35
2.2.1. A censura e o Estado Novo.....	38
2.3. Contextualização dos jornais	41
2.3.1. República	44
2.3.2. Diário da Manhã e o par católico	45
3. PERGUNTAS DE BASE	48
3.1. Hipóteses	49
4. COBERTURA JORNALÍSTICA	51
4.1. Análise quantitativa.....	51
4.2. Análise discursiva.....	54
4.2.1. Triste sina.....	61
4.3. Considerações finais.....	62
4.3.1. Configuração mediática	64
CONCLUSÃO.....	69
BIBLIOGRAFIA	72

ÍNDICE DE QUADROS

1. Quadro 1: Uso de fotografias	52
2. Quadro 2: Primeira página	52
3. Quadro 3: Montante de matérias	53

INTRODUÇÃO

*E que melhor honra pode querer um soldado que a de morrer com a farda?
Não me acostumo com a ideia de poder morrer na cama.*

José Sanjurjo

Não é à toa que o historiador Eric J. Hobsbawm¹ batizou o que ele considera “o breve século XX” (1914-1991) de “Era dos Extremos”, definição que, a propósito, intitula a sua obra de maior fama e de reconhecimento no universo acadêmico. Afinal de contas, esse recorte histórico, circunscrito entre o início da I Guerra Mundial e o desmantelamento da URSS, é nitidamente marcado pela oposição mútua entre o socialismo e a democracia liberal, nomeadamente a partir do desfecho da II Grande Guerra. Por outras palavras, caracteriza-se pelo conflito de interesses entre o Kremlin, centro difusor e mantenedor da ideologia comunista, e a Casa Branca, em Whashington, D.C. - EUA -, quartel-general do capitalismo. Divergência que ficou para a história, não custa sublinhar, sob a designação de Guerra Fria, numa clara referência à ausência de confronto direto, ou seja, bélico, «quente», entre as duas superpotências.

E essa Ordem Bipolar estabelecida no pós-guerra deve ser compreendida, antes de mais, como resultado, se não direto, ao menos indireto, da emergência e consequente fortalecimento dos regimes autoritários europeus, em especial o nacional-socialismo de Hitler e o fascismo de Mussolini, sem excluir, obviamente, o totalitarismo «estalinista». Com efeito, foi o impasse dos Aliados² em formar, ao lado do Exército Vermelho, uma frente única de combate às pretensões beligerantes do novo chanceler alemão que, em larga medida, conduziu à guerra, cujo desenlace, em setembro de 1945, proporcionou as condições necessárias para que as superpotências que se formariam a partir dali, acompanhadas das suas respectivas «áreas de influência», concentrassem, enfim, esforços num projeto em comum: a contenção recíproca da expansão militar, política e ideológica.

Assim, para que a história do século XX – ou do “breve séc. XX”, consoante a definição de Hobsbawm – seja percebida na sua totalidade e em todas as suas nuances, sem incorrer em deslizos de observação, comuns, por sinal – permita-nos a digressão –, a

¹ Nascido em 1917, em Alexandria – Egito –, Eric Hobsbawm escreveu, entre outros estudos importantes, *A Era das Revoluções* (1789-1848), *A Era do Capital* (1848-1875) e *A Era dos Impérios* (1875-1914).

² Essa preservação da paz a qualquer custo com a Alemanha ficou conhecida como **Política de Apaziguamento**. O seu equívoco confirmou-se pela invasão da Polónia, em 1939, cujo resultado foi a tragicomédia de março-setembro do mesmo ano, “que terminou numa guerra que ninguém queria [...] e que, na verdade, deixou a Grã-Bretanha e a França sem a mínima ideia do que, como beligerantes, deviam fazer, até que a «blitzkrieg» de 1940 os aniquilou” (Hobsbawm, 2009, p. 156).

jogadores iniciantes de xadrez, é oportuno deter a nossa atenção em torno das forças que moviam as peças no tabuleiro de interesses geopolíticos da primeira metade do século passado, notadamente dos anos 30. Ou melhor: é forçoso lançar um olhar escrupuloso sobre os principais acontecimentos que impeliram para o mesmo confronto, pela primeira vez, de fato, em âmbito global, nipônicos e «yankees», alemães e italianos, ingleses e soviéticos, entre outros povos.

Neste sentido, a Guerra Civil de Espanha³, entendida como o «ensaio geral» para a II Grande Guerra, representa um adequado ponto de partida em termos de análise histórica, já que reuniu em terreno espanhol, de liberais a extremo-esquerdistas, milhares de estrangeiros, os quais reconheceram na refrega um modo de manifestar, por meio da resistência armada, a sua aversão e todo o seu descontentamento relativo ao fascismo, mormente ao nazismo do «Führer». Ademais, o conflito, tendo em conta o auxílio dispensado pelo Portugal de Salazar aos franquistas, também é um retrato do Estado Novo e da participação neutral do Governo português no cenário político da época, equilibrando-se, como sempre, na corda bamba das relações luso-britânicas.

Compreender a Guerra Civil Espanhola, portanto, significa perceber não só a II Guerra Mundial e, por conseguinte, o restante do século XX – haja vista que a guerra definiu, até à queda do Muro de Berlim, em 1989, os contornos geopolíticos do planisfério – mas também, ainda que indiretamente, o salazarismo⁴, sobretudo as linhas da política externa do País, a qual, como faz notar Fernando Rosas (1998, p. 262), “constituiu uma preocupação secundária do Estado Novo português nos primeiros anos da sua existência”. Mais: é entender, pois, em certa medida, como o regime de Salazar sobreviveu à guerra que matou mais pessoas do que qualquer outra contenda na história (Hobsbawm, 2009) e passou a ser tolerado por um Ocidente envolvido dos pés à cabeça no embate com a União Soviética.

Dessa linha de raciocínio adveio, em boa parte, a escolha da morte do general Sanjurjo como objeto de estudo do presente trabalho, porquanto representa um emblemático ponto de interseção entre um Portugal ainda bastante periférico, atrasado, rural, e uma Espanha dividida ao meio pelos insurretos «nacionalistas» e o governo republicano de

³ Maior conflito europeu da década de 1930, a Guerra Civil Espanhola (1936-39) foi deflagrada após um fracassado golpe de estado de um setor do exército contra o governo legal e democrático da Segunda República Espanhola. O confronto civil teve início após um «pronunciamiento» dos militares rebeldes, entre 17 e 18 de julho de 1936, e terminou em 1º de abril de 1939, com a vitória dos insurretos e a instauração de um regime ditatorial de caráter fascista, comandado pelo general Francisco Franco Bahamonde.

⁴ O **salazarismo** – ou Estado Novo – sobreviveu mesmo após a morte do seu líder, em 1970, findando apenas em 25 de abril de 1974, com a **Revolução dos Cravos**. “O regime caía, sem que praticamente ninguém acesse em sua defesa” (Rosas, 1998, p. 493).

Madrid. Um ponto em comum, portanto, entre o Estado Novo e a Guerra Civil de Espanha. Ou ainda, se se quiser, entre os ditadores Oliveira Salazar e Francisco Franco.

Outro motivo diz respeito à necessidade de lançar luz sobre José Sanjurjo. Apesar de ter sido, em articulação com Emílio Mola, entre outros militares espanhóis de alta patente, um dos principais líderes e arquitetos de todo o processo sublevatório no país vizinho, o general permanece, contraditoriamente, uma figura histórica desconhecida para a maioria da população portuguesa e, igualmente, para a mundial, na medida em que é tratada pela historiografia, mesmo a especializada, como uma personagem secundária, de pouca monta. Trazê-lo novamente para o centro das atenções, ainda que, desta vez, académicas em sua maioria, é deste trabalho um dos principais objetivos.

Além disso, o desastre aéreo que pôs termo à vida do general espanhol e os eventos que o sucederam, a exemplo do cortejo fúnebre, são acontecimentos repletos de detalhes curiosos, que, por si só, justificariam a realização de, pelo menos, um ensaio académico. Dentre eles, destacamos a morte do primogênito de Sanjurjo – que aconteceu a um intervalo de apenas uma semana em relação ao falecimento do seu pai –, a comoção da população portuguesa ante o trágico acidente e, lógico, o propósito da viagem: Sanjurjo preparava-se, nada mais, nada menos, para assumir o posto de novo «caudillo»⁵ da Espanha tão logo a insurreição triunfasse.

Contudo, a nosso ver, é do ponto de vista jornalístico que se configura a justificativa mais relevante – sem desmerecer, obviamente, o imprescindível componente histórico-político envolvido. Com esta investigação académica, assente no cotejo entre cinco jornais portugueses da época, pretende-se traçar uma radiografia, ainda que modesta, da linha editorial da imprensa daquele período em relação ao Estado Novo e ao salazarismo. A questão premente aqui, pois, é a de saber se a imprensa local, tendo em vista que operava sob a pressão da censura prévia, passou por cima do seu código deontológico, deixando, desse modo, de atender a um dever primordial, preconizado, nos dias que correm, por qualquer redação e por qualquer escola ou faculdade de jornalismo que se preze: informar. Isto é, se esteve preocupada em omitir e, até mesmo, deturpar informações que estivessem em desalinho com o regime português. Afinal, o acontecimento em pauta tratava-se, de certa forma, de um tema delicado para o Estado Novo, na medida em que o apoio de Portugal, na condição de retaguarda logística do movimento insurreto vizinho, era oficioso. Salazar,

⁵ De acordo com o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (<http://www.priberam.pt/dlpo/>), o termo «caudilho» – em espanhol, «caudillo» – significa “chefe de facção, de partido ou de bando armado (que defende uma ideia)”.

inclusive, só viria a reconhecer oficialmente a Junta de Burgos como o governo legítimo da nova Espanha em abril de 1938; logo, pouco mais de um ano e meio depois da morte de José Sanjurjo.

Neste sentido, urge também verificar se, conforme o tratamento dado pela cobertura jornalística portuguesa, o acontecimento pode ser enquadrado apenas como «noticioso» ou como «acontecimento problemático», aquele que “efetua uma ruptura com a normalidade social e desencadeia uma tematização” (Babo-Lança, 2011, p. 05). A relevância desse ponto, nunca é escusado frisar, reside no fato de que, dado o contexto sociopolítico do período, uma repercussão demasiado longa do acontecimento desinteressava ao regime, ou melhor, ao Estado Novo, como teremos a oportunidade de ver mais adiante - embora sucintamente, uma vez que não é o nosso propósito enveredar em excesso por temas historiográficos, e sim pelos tangentes aos estudos da sociologia da comunicação e da semiologia dos discursos sociais.

A abordagem que, portanto, será evocada pelo presente trabalho para apreender o acontecimento em exame consiste na que se interessa em averiguar as modalidades da construção jornalística, ou seja, em estudar as condições de produção do discurso. Para além de julgar as narrativas jornalísticas como uma espécie de «discurso social», essa abordagem, consoante a diretora do curso de Ciências da Comunicação e da Cultura na Universidade Lusófona do Porto, a professora e pesquisadora Isabel Babo-Lança (2011, p. 05), centra-se, preferencialmente, para além do acontecimento mediático e jornalístico, nos seguintes aspectos:

nos modos discursivos do seu tratamento, na análise dos media como operadores da publicitação, de descrição de um acontecimento para um público, nas características da notícia da imprensa na própria medida em que os media constituem o principal dispositivo através do qual o acontecimento é tornado público e publicitado.

E, para servir de suporte, a metodologia adotada será a da Análise Crítica do Discurso de tradição francesa, que, desde os idos anos 70, com pensadores influentes como Michel Foucault, tentava articular história e linguística. Essa prática analítica transcende o conteúdo, penetrando naquilo que está implícito ou que, até mesmo, vai além da intenção do enunciador. Para Milton José Pinto (1999, p. 23), “a análise de discursos não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas, sim, em como e por que o diz e mostra”. Por outras palavras, à análise de discursos importa elucidar os «modos de dizer», que consistem no uso comunicacional da linguagem e de outras semióticas. Para tanto, o ponto de partida, orienta Pinto (1999), é debruçar-se sobre as pistas

ou marcas deixadas nas superfícies textuais “pelos processos sociais de produção de sentidos” (p.22). Usar essas marcas, assim como um conceito de ideologia ao lado do de discurso, é um dos aspectos do modelo de análise que será adotado, o qual também é crítico, obviamente, mas que, sobretudo, depende do contexto, igualmente chamado de «condições sociais de produção».

Pois bem. Ainda sobre a nossa escolha, partimos do princípio de que, como os aspectos conotativos do nosso «corpus», os periódicos *A Voz*, *Novidades*, *República*, *Diário da Manhã* e *Diário de Notícias*, ao contrário dos denotativos, são mais úteis à corrente investigação, a ACD ajudar-nos-á de maneira mais eficaz na tarefa de desconstruir o discurso jornalístico, abrindo caminho pelos sentidos sinuosos das entrelinhas e fazendo-nos pensar em que medida o contexto histórico influía nas publicações do Portugal de então. Isso, no entanto, não excluirá uma análise mais objetiva, quantitativa e sistemática, características pertinentes, pois, à Análise de Conteúdo⁶, que será complementada pela sócio-semiótica visual e feita de modo parcimonioso, isto é, sempre que se quiser avaliar o material não latente, a exemplo dos textos imagéticos.

Mesmo que de modo incidental, periférico, será oportuno ainda analisar a configuração mediática do «corpus» em questão à luz da teoria dos «Media Events», elaborada por Daniel Dayan e Elihu Katz, visto que as dissertações de mestrado devem não só trazer informações científicas originais como também constituir um exercício acadêmico. Dito de outra forma, esses documentos devem representar simultaneamente o culminar de uma investigação acadêmica e do decurso letivo percorrido pelo mestrando, ou seja, dos assuntos e temas aprendidos e discutidos tanto dentro quanto fora da sala de aula.

Assim, em primeiro lugar, abordaremos a classificação do acontecimento principal e desencadeador dos demais – referimo-nos, respectivamente, à tragédia em Cascais e aos outros três eventos: as missas celebradas na Igreja de Santo António do Estoril, nos dias subsequentes ao desastre, e o funeral, realizado no dia 22, no Cemitério da Guia –, aproveitando para debater o conceito de «Media Events», em especial as perspectivas, divergentes entre si, defendidas pelo teórico da comunicação James Carey e pelo historiador Pierre Nora. De seguida, cotejaremos os acontecimentos em causa, com o escopo de identificar – tendo por base as suas principais características – quais deles se enquadram, e

⁶ Método de tratamento da informação semântica dos textos, a análise de conteúdos fez história no século passado na pesquisa empírica em ciências humanas e sociais. Essa análise, explica Pinto (1999, p.15), “pretende, por um processo de normatização da diversidade superficial de um grande conjunto de documentos expressos em linguagem verbal [...], torná-los comparáveis, abrindo caminho ao emprego de técnicas estatísticas e computacionais”.

por que razão, na categoria de «acontecimentos cerimoniais», “que correspondem a momentos de ritualidade, ‘construídos’ por organizadores e constituindo modelos de celebração de tipo integrativo” (Babo-Lança, 2011, p. 05).

No que concerne ao percurso expositivo, a presente dissertação, para além desta parte introdutória, consiste em quatro capítulos, quais sejam: Identificação do Acontecimento; Âmbito Histórico; Perguntas de Base; e Cobertura Jornalística. No primeiro, descreveremos os fatos que marcaram a morte de Sanjurjo, do acidente ao funeral, passando pelas missas no Estoril. Também narraremos em pormenores a sua chegada a Lisboa, em 27 de abril de 1934, começo do exílio de aproximadamente dois anos e três meses em território luso. Para tanto, utilizaremos como fontes de informação jornais e revistas portuguesas, como, por exemplo, as edições 1167 e 1552 da quinzenal *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, fundada em 1888.

No segundo capítulo, traçaremos uma sucinta, mas não menos acurada, contextualização histórica, incluindo o fluxo de exilados políticos portugueses e espanhóis entre os dois países vizinhos e um perfil da imprensa lusitana na década de 1930, principalmente no ano de 1936. Entre outros autores, Fernando Rosas, César de Oliveira e Eric Hobsbawm são os que servirão de referência para a seção em apreço.

Já no intitulado Perguntas de Base, exporemos as interrogações e as hipóteses que nos impulsionaram à etapa de pesquisa documental e bibliográfica, tal como a indagação a respeito de qual teria sido o grau de relevância dado pela cobertura jornalística ao trágico acidente que teve lugar em Cascais. Esta e outras perguntas conduzem-nos ao capítulo seguinte e último, no qual esmiuçaremos o tratamento que cada um dos cinco periódicos que compõem o nosso «corpus», a exemplo do *Diário de Notícias*, dispensou ao acontecimento público. Nele vamos encontrar, igualmente, uma descrição, acompanhada da sua respectiva análise discursiva, da sublevação em Santander, da qual tomou parte o capitão Justo Sanjurjo, filho mais velho do general, e que resultou no seu suposto assassinio, perpetrado pelas milícias populares. E ainda: o subcapítulo Considerações Finais, ao longo do qual suscitaremos profícuas discussões, um delas acerca do já mencionado conceito de «Media Events».

À parte final, a Conclusão, reservaremos a tarefa de retomar o problema inicial, além de revelar as principais contribuições da nossa investigação e os resultados da mesma, apreciando em que aspectos as hipóteses deste trabalho são confirmadas ou, então, infirmadas. Em suma, refletir acerca das questões até aqui referidas, entre outras interrogações essenciais que serão trazidas à baila nas seções ulteriores, consiste, ao fim e ao cabo, no objetivo desta

dissertação do Mestrado em Jornalismo, Política e História Contemporânea, conferido pela ULHT, de Lisboa, cujas citações e referência bibliográfica obedecem às normas da «American Psychological Association» – APA –, de 2001.

Dito isso, passemos, enfim, aos fatos. Porém, sem atropelos, já que, segundo Heródoto de Halicarnasso, considerado o pai da história, “a pressa gera o erro em todas as coisas”.

1

IDENTIFICAÇÃO DO ACONTECIMENTO

Na tarde de 20 de julho de 1936, o objeto de estudo da presente dissertação de mestrado em Jornalismo, Política e História Contemporânea, a morte do general José Sanjurjo y Sacanell, entrava para a história ibérica e, embora com menos relevo, também para a mundial. O capítulo foi escrito em um hipódromo abandonado chamado A Marinha, em Boca do Inferno – Cascais –, local do desastre aéreo que levou a vida daquele que, não fosse a Lei da Imprevisibilidade, teria sido, muito provavelmente, o novo «caudillo» do país vizinho.

O acidente aconteceu quando Sanjurjo tentava regressar para a sua terra natal, após mais de dois anos de exílio em plagas lusas. Ele escolhera viajar em uma pequena aeronave, guiada pelo conterrâneo Juan Antonio Ansaldo⁷. Uma das principais razões da colisão, na avaliação do piloto, sobrevivente à tragédia, foi a pesada bagagem que Sanjurjo trazia consigo. Conforme o noticiado pela imprensa local do período, Ansaldo advertiu-lhe sobre o risco do excesso de peso para a segurança do voo. Em réplica, alguns circunstantes, no momento do embarque, teriam contra-argumentado: “É preciso. Vai ali a farda do general”.

Ironicamente, o avião «Puss Moth», no qual o ilustre oficial decidira viajar, era menor e menos adequado, no que diz respeito ao transporte de cargas, do que outro igualmente disponível. Tratava-se do «De Havilland Dragon Rapide», com capacidade de seis a oito passageiros; o mesmo que, por sinal, três dias antes transportara Francisco Franco das Ilhas Canárias até ao Marrocos, palco da Sublevação de Melilla. Sanjurjo, aparentemente, preferiu a adrenalina de entregar a sua sorte nas mãos de um «daring aviator». Desconhecia que, ao prescindir de um aeroplano mais robusto, desconsiderando, assim, o conselho do aviador, ele optara, em verdade, pela sua sentença de morte.

Devido a uma desatenção de Ansaldo, acrescida do excesso de peso em decorrência dos inúmeros uniformes e medalhas que Sanjurjo transportava para a sua entrada cerimonial em Madrid, o avião chocou-se, primeiramente, contra a copa de umas árvores, precipitando-se no solo e, logo em seguida, explodindo. Dom José Sanjurjo y Sacanell morreu carbonizado,

⁷ Famoso ás da aviação, além de playboy monárquico, Ansaldo também “*había participado en la organización de las escuadras de terror de la Falange*” (Preston, 2008, p. 124). Terminada a Guerra Civil Espanhola, ele voltou-se contra Franco, em prol de um restabelecimento da Monarquia. Por isso, refugiou-se no estrangeiro, falecendo em Paris, em 20 de abril de 1958, aos 48 anos de idade. Juan Antonio Ansaldo era natural de Arechavaleta, Guipúzcoa, País Basco – Espanha.

ao passo que o piloto, apesar de ferido, sobreviveu, tendo sido levado às pressas para o Hospital da Misericórdia de Cascais.

A inesperada tragédia foi acompanhada pela esposa do general e por um grupo de amigos, entre eles, o marquês de Quintanar, a quem Sanjurjo, pouco antes de embarcar para a sua última e efêmera viagem, entregou um cartão, no qual registrara o espirituoso recado: “Deves-me um jantar em La Peña. Viva a Espanha!”. A dívida, entretanto, jamais foi paga. Porque chegava ao fim a trajetória do líder da insurreição militar de julho de 1936. Ou melhor: do provável futuro chefe de Estado da Espanha.

Mas Sanjurjo não seria o único general espanhol a perecer vítima de acidente aéreo. Em 03 de junho de 1937, Emílio Mola também faleceu pelo mesmo motivo, tornando Francisco Franco⁸ o efetivo líder da causa «nacionalista». A coincidência foi tamanha que terminou por suscitar rumores de que Franco teria sido o responsável pela morte dos seus dois «rivais». Contudo, nenhuma evidência que corroborasse tal alegação foi até o momento encontrada.

Apesar do destino trágico na vida real, Sanjurjo teve um final feliz na ficção. Em *The war that came early*, volume da novela-histórica *Hitler's War*, o autor, Harry Turtledove, abre a trama justamente com o voo do general, no Estoril⁹. O ponto de divergência reside no fato de que Sanjurjo aceita as orientações do piloto e abandona a sua própria bagagem, deixando o avião leve o bastante para decolar e aterrissar em segurança. O comportamento dele daí em diante é descrito como se divergisse de Franco, contribuindo, desse modo, para que a Espanha exercesse um papel menos isolado na II Grande Guerra.

1.1. Crônica de uma morte não anunciada

Na véspera do desastre em Cascais, enquanto Sanjurjo ocupava o seu tempo com diversas conferências em Lisboa, Antonio Ansaldo aterrava, no campo de Santa Cruz, arrabaldes de Torres Vedras, a «Puss Moth», aeronave civil espanhola que guiara desde Salamanca. Os dois conterrâneos e cúmplices na causa «nacionalista» só viriam a se encontrar

⁸ Em janeiro de 1938, Franco tornou-se chefe de Estado e do governo, inaugurando o **franquismo**, sistema político repressivo e autoritário que eliminou toda a resistência a seu governo. O ditador manteve-se neutral na Segunda Guerra, embora próximo dos governos fascistas da Alemanha e da Itália. Apesar de isolado pela vitória dos Aliados, consolidou o seu poder no país. Após a sua morte, em 1975, o príncipe Juan Carlos foi coroado rei da Espanha; e o país, reconduzido à democracia (Burns; Lerner; & Meacham, 1995).

⁹ Estoril é uma das seis freguesias do concelho de Cascais, que, por seu turno, compõe o distrito de Lisboa. (Fonte: <http://www.distritosdeportugal.com/>)

à noite, no Estoril, na casa de um amigo português do general, onde este resolvera pernoitar, dispensando a sua própria residência, em Vila Leocádia. Na oportunidade, o aviador e o militar acertaram pela última vez os pormenores da tão sonhada viagem de regresso ao país vizinho.

De Santa Cruz, já na tarde da segunda-feira, 20 de julho de 1936, data do fatídico acidente aéreo, Ansaldo partiu para a pista internacional de Alverca, a fim de regularizar a sua situação e de obter, conseqüentemente, permissão para seguir para Burgos. Porém, depois de cumprir com todas as formalidades legais e de apresentar a documentação necessária, o piloto guiou até a Quinta da Marinha, em Cascais, ao contrário do que anunciara às autoridades portuguesas. Em pleno voo, ele voltou a avioneta na direção do mar e, pouco antes das 16 horas, apareceu sobre o Estoril.

Aviões já não causavam mais tanto espanto em Portugal. Mas aquele, tripulado pelo ás da aviação basco, despertou singular atenção, porquanto destoava dos aeroplanos militares locais. Após alguns rodeios, visto que Ansaldo desconhecia o ponto mais apropriado para aterrissagens, algumas pessoas exclamaram: “Vai aterrar na Marinha!”. Por seu turno, aquelas que compunham a colônia espanhola da Costa do Sol, sabiam de que avião se tratava e, portanto, mantiveram-se mais contidas. Foram elas, a propósito, que sinalizaram, por meio de uma fogueira acesa, o sítio exato onde o piloto espanhol deveria estacionar. Quando soube que a «Puss Moth» pairava sobre o Estoril, o futuro chefe do Estado vizinho, que acabara de almoçar em companhia de amigos, deslocou-se num automóvel imediatamente para a Marinha. A expressão descontraída do general denunciava o seu imoderado contentamento.

Com o monomotor já em terra, Sanjurjo ocupou um lugar atrás do aviador, que não escondia o desejo de concluir aquela missão o mais rápido possível. Ele parecia ser o único nervoso. Confiantes, inúmeros amigos e parentes faziam acenos de despedida, entre os quais, o marquês de Quintanar e a esposa do «caudillo», Dona Maria Prieto. Eram 16h30 quando o pequeno avião decolou. Minutos depois, a tragédia. Incendiada, após bater contra um muro de pedra solta, a «Puss Moth» estava irreconhecível¹⁰. Ansaldo, que, devido ao forte impacto, havia sido atirado à distância, foi encontrado desmaiado pelas pessoas que acompanhavam a triste e insólita cena. Sanjurjo, por sua vez, permaneceu preso às ferragens do que restava da aeronave. O caseiro da Quinta da Marinha, Miguel Muchacho, e um empregado de nome

¹⁰ Por conta do obstáculo das malas e do lugar exíguo, à retaguarda da porta, numa espécie de cacifo, Sanjurjo não pôde se desvencilhar das correias que o prendiam. O piloto ainda ensaiou resgatá-lo, mas, dado o fogo, bem como os graves ferimentos que não estancavam, teve de se afastar, resguardando-se a poucos metros da aeronave.

Alberto, as primeiras pessoas a acorrerem ao local do drama, ainda tentaram salvá-lo, no entanto, já era tarde demais: o militar morreria em meio às chamas, carbonizado.

Os dois trabalhadores, que também encontraram duas pistolas de guerra inutilizadas junto aos destroços, descreveram o cheiro do corpo queimado como sendo “insuportável”. Entrementes, passava por perto um sacerdote católico inglês, acompanhado de algumas senhoras. Inteirado do que acabara de acontecer, bem como de quem havia morrido, deu a absolvição ao general. “Circunstância visivelmente providencial, que impressionou toda a gente que assistia”, escreveu o jornal *A Voz* (21 de julho de 1936, p. 02). Assim que a notícia do desastre se espalhou, deslocaram-se para a Quinta da Marinha milhares de pessoas, sobretudo da colônia espanhola em Lisboa. O caminho contrário do percorrido pela viúva de Sanjurjo, que, inconsciente, dado o forte trauma emocional, fora levada para a sua casa, no Monte Estoril.

1.1.1. *Versões do acidente*

Os terrenos da Marinha não podiam ser classificados como um campo de aviação nem mesmo “com boa vontade”, sublinhou o *Diário de Notícias* (21 de julho de 1936, p. 04). Não obstante servissem de pista de pouso, bem como de palco para eventos esportivos, esses terrenos, na altura do acidente, estavam descurados, dificultando sobremaneira as decolagens. No caso específico da «Puss Moth», a Quinta da Marinha era diminuta demais para a avioneta, que necessitava de rolar bastante para levantar voo com segurança. Sendo assim, teria a condição imprópria de tais terrenos contribuído, de algum modo, para a precipitação do monomotor? Aliás, teria sido, até mesmo, a razão do acidente? Tudo leva a crer que não. Em realidade, a causa tem mais a ver com as características do pequeno avião e, sem dúvida, com os detalhes do voo em si do que com a situação do hipódromo abandonado.

Uma das hipóteses é que o motor tenha entrado em pane nos segundos subsequentes à descolagem. Testemunhas, inclusive, confirmaram que o mesmo falhava constantemente. Outra versão aponta para uma provável ruptura da hélice pouco depois da aeronave ter ganhado os ares. Esse contratempo teria retardado o aparelho, resultando no incêndio. Inclino-nos, contudo, ao entendimento, partilhado pelos jornais *República* e *A Voz*, de que a hélice, de madeira, se quebrou ao rasar as ramagens superiores de uns pinheiros, motivo pelo qual o avião se precipitou no solo e, conseqüentemente, pegou fogo, uma vez que os depósitos de gasolina haviam rebentado com tamanho impacto.

Assim, tendo a hipótese de um mau funcionamento do motor sido posta de parte pela imprensa do período, à exceção do *Novidades*¹¹, entendemos ainda que o avião teria evitado o desastre se não tivesse aceitado transportar a pesada bagagem do general e se, além disso, tivesse detido a aeronave antes que esta tocasse na copa das já referidas árvores, na medida em que era um profissional experiente, apesar da pouca idade: 26 anos à época.

Controvérsias à parte, o fato é que Sanjurjo não resistiu ao acidente. Coberto pelos escombros, o corpo foi retirado com cautela pelos bombeiros, que só chegaram ao local da tragédia pouco antes das 20 horas. Assistiram à pungente cena, além de alguns populares, o guarda número 3846 e o médico Marques da Mata, subdelegado de saúde, responsável por ordenar a remoção dos restos mortais para a casa mortuária do Hospital de Cascais. Dispensada a necropsia, o cadáver foi, seguidamente, depositado na sacristia da Igreja da Misericórdia e velado por numerosos admiradores, tanto espanhóis quanto portugueses. Lá, permaneceu até a meia-noite, altura em que o transferiram para a Igreja de Santo António do Estoril, cenário da missa de corpo presente celebrada no dia 21.

Ansaldo ainda se recuperava de queimaduras nas pernas e feridas no lábio inferior, na face e na região frontal, além de uma comoção cerebral, quando soube da triste sorte do seu ilustre tripulante. “Antes morresse eu que o meu general. Viva a Espanha!”, desabafou ele, pesaroso. A lamentação procedia. Afinal, “Sanjurjo estava aclamado pelos revoltosos como o futuro Presidente da República dignificada da Espanha. A morte colheu-o na hora em que os homens o iriam exaltar mais alto que nunca” (*Novidades*, 21 de julho de 1936, p. 01).

1.1.2. O último adeus ao «caudillo»

A Igreja de Santo António do Estoril ficou pequena diante das centenas de espanhóis e portugueses, dos mais humildes aos mais ilustres e abastados, que velaram durante toda a madrugada do dia 21 o cadáver do malogrado general Sanjurjo, transferido, à meia-noite, da Igreja da Misericórdia de Cascais. Rente ao catafalco, numerosos ramalhetes de flores encarnadas e amarelas adornavam a urna, envolta na bandeira monárquica, confeccionada por senhoras espanholas, e na portuguesa, oferecida pelo médico Alberto Madureira. A romagem

¹¹ O jornal, na sua edição do dia 22, volta atrás parcialmente e, tomando um depoimento de Ansaldo por fonte, aponta como provável causa do acidente a ruptura da hélice. A diferença desta versão para a das outras publicações é que a hélice teria partido ao se chocar contra um “torrão na altura em que a avioneta ia elevar-se”.

repetiu-se no decorrer daquela terça-feira, apenas sendo interrompida pela missa de corpo presente, celebrada, às 11 horas, pelo pároco local, monsenhor António José Moita.

Vestindo camisa azul, de mangas arregaçadas, calça preta e punhal no cinto de couro, fardamento típico da «Falange Espanhola», o fascista Antonio Font, auxiliado por um garoto de nome Francisco Perdomonino, acolitou o reverendo no ofício lutuoso. Igualmente de uniforme, os «falangistas» Luís Domingo, Alfonso Ruano, Roberto Canales, Enrique Prieto, Cristobal Montes, Luís Alderete, Mariano Jackson, Carlos Goded e Luís Goded fizeram, em sentido, a guarda de honra “ao bravo soldado morto” (*A Voz*, 22 de julho de 1936, p. 01). A cerimônia contou ainda com a presença do comandante Quirino da Fonseca, “que depôs junto da urna uma grande coroa com a seguinte inscrição: ‘Sentida homenagem dum grupo de portugueses’” (*Diário de Notícias*, 22 de julho de 1936, p. 01).

Também acompanharam a missa, sentadas próximo ao altar-mor, algumas das mais notáveis famílias da colônia espanhola. A do finado general, por exemplo, esteve representada pelos sobrinhos, um deles, o senhor Saiz Rodrigues; e a de Calvo Sotelo, pelo senhor Julio Torrejoncillo Collazes. Encerrado o evento, os «falangistas» supramencionados, antes de se retirarem, fizeram questão de homenagear Sanjurjo com a saudação fascista. O afluxo de pessoas à igreja, de curiosos a amigos próximos, só cessou por volta das 13 horas do dia seguinte, aquando da saída do cortejo fúnebre.

Até ao fim da manhã do dia 22, a urna, que tinha aos pés uma almofada com as armas reais espanholas bordadas à lã, esteve velada por turnos consecutivos, revezados de hora a hora por uma dupla de fascistas espanhóis e outra de estudantes monárquicos portugueses. Tanto zelo e segurança não eram para menos: desde a madrugada do dia anterior, a acanhada igreja recebeu a visita de inúmeros membros da sociedade lusitana, bem como da colônia espanhola residente no país. O jornal *A Voz* (23 de julho de 1936, p. 01) não nos deixa incorrer em erro: “O funeral do glorioso general espanhol, D. José Sanjurjo, teve grande imponência e concorrência. [...] Pela Igreja de Santo António do Estoril desfilou grande número de pessoas, uma verdadeira multidão profundamente comovida”. Eram pessoas das mais variadas classes sociais, dos mais variados credos e níveis de instrução educacional, eram jovens e idosos, nativos e estrangeiros, homens e mulheres, que haviam ido se despedir pela última vez do «caudillo» espanhol.

O povo, o povo simples e bom, deu-lhe também concurso impressionante. Gente da mais humilde, junto da capela; no acompanhamento; às portas e janelas, ao longo do percurso do cortejo fúnebre; no próprio Campo Santo, comovidamente, respeitosamente, se associou ao tributo de saudade rendido ao nobre e glorioso militar. (*Diário de Notícias*, 23 de julho de 1936, p. 01)

A parcela portuguesa da multidão, que a todo o momento chegava à igreja, sobretudo procedente de Lisboa, quer de comboio, quer de automóvel, concentrava-se basicamente no adro, em torno de uma cruz de pedra. Não menos numeroso, o grupo de senhoras da colônia espanhola também contribuiu para apinhar a capela. De mantilha preta, algumas traziam ao peito, inclusive, laços com as cores da antiga bandeira do seu país. Todas essas personagens acompanhavam o prior Moita a celebrar uma missa cantada, cuja apresentação dos corais foi executada pelos educandos das oficinas de São José e do Asilo de Santo António do Estoril. Enquanto isso, do lado de fora, fileiras e mais fileiras de populares aguardavam o cortejo fúnebre pôr-se em marcha, o qual começou a organizar-se logo depois, por volta do meio-dia.

Do portal da pequena igreja, despontou o caixão, carregado pelos «falangistas» e pelos emigrados Juan Pujol e Joaquim de Morales. De seguida, a urna foi deposta num armão de artilharia da Companhia do Trem Hipomóvel e logo recoberta com a bandeira portuguesa e a monárquica espanhola, além do estandarte das campanhas marroquinas. Esses pendões, mencione-se de passagem, mal se viam, devido ao monte de coroas que os encobria¹². Entre elas, a dos fascistas italianos, que estiveram representados por um grupo sob a chefia do conde de Carrobio, e a oferecida pela Dona Tereza de La Cerda, em nome do «Núcleo Feminino da Falange Espanhola», coroa essa que se encontrava junto da que Ansaldo enviara, “numa última homenagem ao herói que viu morrer” (*Novidades*, 23 de julho de 1936, p. 04).

Cerca das 13 horas, teve início, enfim, o cortejo, capitaneado pelo reverendo Moita. Seguiam-no, consoante os usos castelhanos, a presidência do funeral - composta pelo médico Alberto Madureira e pelo marquês de Quintanar, entre outros membros -, o armão com a urna, ladeada pelos fascistas espanhóis e italianos, e as centenas de portugueses e estrangeiros, que acompanhavam a pé, não obstante o intenso calor e a interminável fila de automóveis. “Pelo percurso, numerosas pessoas saudavam respeitosa às cinzas do valente militar”, registrou o *Novidades* (23 de julho de 1936, p. 04). Ansaldo, que se encontrava numa clínica com um dos pulsos fraturados e com mais de 39 graus de febre, não pôde participar, nem das missas, nem do funeral, mas se fez presente através da sua esposa, que levou uma coroa de flores naturais.

¹² Na armação do carro, ainda se dependuraram várias outras coroas, como, por exemplo, a do Hotel Miramar e a oferecida por Afonso XIII, de que foi portador Dom José Teles da Sylva (*Novidades*, 23 de julho de 1936).

Da entrada do cemitério do Estoril até ao jazigo de Dona Branca da Silveira e Silva, onde ficaram provisoriamente os restos mortais de Sanjurjo - mais tarde transportados para Espanha -, formaram-se dois turnos: um com os representantes da imprensa portuguesa e da espanhola; e o outro, com os amigos íntimos do general. Sob o comando do monsenhor, fizeram-se algumas orações antes que a palavra fosse franqueada. O primeiro a dar início às últimas saudações foi o marquês de Cavalcanti:

Queridos companheiros, ilustres portugueses e irmãos de Espanha, os meus olhos inundam-se de lágrimas pela desgraça que a todos nos aflige: a morte do ilustre caudilho, o grande invicto cuja figura até nos momentos em que parecia vencida se elevou ao sublime.

Sanjurjo não morreu: ressuscitou para a Pátria, pois a sua alma está vibrando no coração de Espanha. Não posso falar nem sequer rezar com calma; numa só frase exprimamos a nossa dor e a nossa esperança: viva a Espanha! Viva, mas com honra. (*Novidades*, 23 de julho de 1936, p. 04)

Depois, falou o marquês de Quintanar, a quem Sanjurjo devia um jantar em La Peña: “Quando a última passada de terra cair sobre os restos mortais do herói, pensemos todos nos deveres que nos incumbem, na quota parte de responsabilidade que nos cabe na hora que a Espanha atravessa” (*Novidades*, 23 de julho de 1936, p. 04). O fidalgo homenageou também a heroicidade do aviador basco, que tentou resgatar das chamas o corpo do bravo e ilustre militar. Seguidamente, tomou a palavra o Dr. Madureira, que principiou por lamentar a morte, segundo ele, do seu único amigo:

A morte, impetuosa e bárbara, destruiu em poucos momentos o maior general de toda a Espanha. [...] Sanjurjo morreu em terra portuguesa e, por isso, posso falar em nome do povo português que tem agora o maior prestígio e autoridade nos governantes que o dirigem com ordem e com justiça. (*Novidades*, 23 de julho de 1936, p. 04)

E concluiu, dirigindo um discurso carregado de emoção à juventude ibérica:

Eu, que pertenço a uma geração que falhou, dirijo-me a vós, rapazes portugueses e espanhóis que me escutais, e a quem pertence a responsabilidade dos dias de amanhã. E só uma coisa lhes peço: sigam o exemplo de Sanjurjo! (*Novidades*, 23 de julho de 1936, p. 04)

Sem conseguir conter as lágrimas, o marido de uma sobrinha do general Sanjurjo, o Sr. Kluckenberg, agradeceu a presença de todos, em nome da família, nomeadamente do capitão Justo Sanjurjo, que, “retido pelo seu dever de militar em Espanha, não pôde vir acompanhar o pai, na hora da sua morte”, arrematando: “Não devemos estar tristes, porque o

general Sanjurjo morreu como queria: morreu combatendo pela pátria!” (*Novidades*, 23 de julho de 1936, p. 04). Por fim, realizou-se a inumação. E o grande militar, herói de tantas batalhas, como teremos o ensejo de examinar a seguir, passava de homem a mito. Imortal, com o perdão do paradoxismo.

1.2. Quem era Sanjurjo?

Filho de Carlota Sacanell Desoja e do capitão Justo Sanjurjo Bonrosta, o general José Sanjurjo y Sacanell nasceu em 28 de março de 1872, em Pamplona, Navarra – Espanha. Ele serviu ao exército espanhol em Cuba (1894-1898) e, mais tarde, em Marrocos, tanto na guerra de Melilla (1909-1910) quanto na do Riff, também conhecida por Segunda Guerra Marroquina (1920-1926), durante a qual foi promovido ao posto de tenente-general, além de ter sido nomeado Alto Comissário, em reconhecimento ao “desembarque audacioso em Alhucemas” (1925), que culminou no fim da rebelião de Abd el Krim, líder das tribos rifenhas, segundo consta do *Diário de Notícias* (21 de julho de 1936, p. 04). A manobra rendeu-lhe o epíteto de o conquistador de Alhucemas, do mesmo modo que a reconquista de Melilla, em 1921, conferiu-lhe o título de marquês de Riff. Essas ações do general ocorreram ao longo da campanha de Marrocos¹³, que envolveu tropas francesas e espanholas no combate às agitações nacionalistas, motivo de preocupação para os interesses comerciais e econômicos das duas metrópoles europeias.

Porém, as ações acima descritas não seriam as únicas. Ainda conforme o periódico português, Sanjurjo conquistou entre os autóctones o título de o «Pacificador», devido às “grandes simpatias que deixou em todo o Norte de África, tanto pelos empreendimentos que executou em benefício das populações como pelos primores do seu carácter e do seu coração” (*Diário de Notícias*, 21 de julho de 1936, p. 04). Com o desfecho da guerra em Marrocos, o rei Afonso XIII premiou-o com a Grã Cruz de Carlos III, em 28 de março de 1931. Três anos antes, Sanjurjo já havia assumido o cargo de chefe do principal diretório da Guarda Civil.

Após a proclamação da II República Espanhola, em abril de 1931, a sorte, no entanto, virou-se contra o general. Por conta de um choque de ideias com o presidente Manuel Azaña¹⁴ no que respeita à política militar do país, Sanjurjo foi substituído pelo general Miguel

¹³ Em 1926, o Marrocos espanhol finalmente foi recuperado. Abd el Krim não resistiu às investidas das tropas francesas e da frota espanhola, que avançavam, respectivamente, pelo sul e pelo norte do país.

¹⁴ Manuel Azaña Diaz (1880-1940) foi o segundo e último presidente efetivo da II República Espanhola.

Cabanellas e rebaixado, um ano depois, para o cargo de chefe das fardas oficiais. Essa rusga com o presidente, entre outros motivos, impeliu-o a organizar uma rebelião envolvendo carlistas e alguns militares: a «sanjurjada», deflagrada em 10 de agosto de 1932. Sanjurjo afirmava que o golpe, de cariz monárquico, era apenas contra o então governo, e não contra a República. Debalde. Não obstante o sucesso inicial em Sevilha, a rebelião foi um tremendo fracasso em Madrid. Sanjurjo, então, considerou uma possível fuga para Portugal; preferiu, porém, entregar-se.

Condenado à morte, o general foi mais tarde transferido para a Colônia Penitenciária do Dueso, em Santander, desta vez sob pena de cárcere perpétuo. Lá, passou cerca de 500 dias antes de partir para o Castelo de Santa Catarina, em Cádiz. Em março de 1934, contudo, o governo de Lerroux – CEDA/Partido Radical – concedeu anistia a Sanjurjo, que zarpou no mês seguinte para o exílio em Estoril – Portugal. Pouco mais de dois anos depois, com Azaña novamente no cargo de presidente da República, Sanjurjo viria a elaborar, em articulação com os generais Emilio Mola, Francisco Franco e Gonzalo Queipo de Llano, entre outros oficiais, um plano para derrubar a Frente Popular do poder. O resultado é mais do que conhecido: a rebelião nacional de 17 e 18 de julho de 1936, marco inicial da Guerra Civil Espanhola.

1.3. A chegada a Portugal

Do «spar deck»¹⁵ de um grande e veloz vapor de luxo – o paquete holandês «Baloeran» –, Dom José Sanjurjo y Sacanell, o herói de Marrocos, vestindo sobretudo castanho e chapéu cinzento, acenava, visivelmente comovido e lisonjeado, para a multidão que o aguardava no cais de Alcântara, em Lisboa – Portugal. Ao seu lado, estavam a sua leal esposa, Dona Maria Prieto Sanjurjo, carregando o pequeno Pepito ao colo, com então dois anos de idade, o filho mais velho do casal, capitão Justo Sanjurjo, e um amigo da família, Dom Ricardo Goizoeta.

Fazia um dia alvacentos naquela manhã de sexta-feira, 27 de abril de 1934. Horas antes, o general Sanjurjo havia zarpado de Gibraltar numa despedida tão concorrida quanto a sua chegada à capital portuguesa: milhares de espanhóis oriundos de diversas províncias do sul do país vizinho, além de uma série de amigos, parentes e autoridades, prestigiaram a partida dele, que, às 19h45 do dia 26, saíra em liberdade, juntamente com outros dez companheiros, do cativeiro no castelo de Santa Catarina, em Cádiz – Espanha. Ainda trajando

¹⁵ O mesmo que «upper deck»: andar ou convés superior de uma embarcação.

uma boina e um fato preto com riscas brancas, Sanjurjo cumpriu o trajeto até Gibraltar sobre um automóvel cedido pela Condessa de Harvey, em que seguiam também o primogênito Justo, o jornalista Gregório Corrucho e amigos íntimos do ilustre militar. Noutro carro, figuravam a esposa e o filho caçula do general, além de tenentes do exército espanhol.

Após repousar na casa de um amigo, e enviar um radiograma aos emigrados, que o aguardavam já há dias, no Estoril, comunicando-lhes a hora e o local de desembarque, Sanjurjo, enfim, deixou o território britânico ultramarino rumo ao exílio em terras lusitanas, onde, desempenhadas todas as praxes iniciais, descansaria na Costa do Sol¹⁶, “gozando a liberdade, respirando o ar puro e tranquilo de Portugal, que nesta hora é bem diferente dos ares do seu país”, comparou o *Diário da Manhã* (27 de abril de 1934, p. 01), que ainda anunciou a chegada dos antigos oficiais Dom Emílio Esteban Infante Martin e Dom Luiz Pelaz La Torre¹⁷, na madrugada de quinta para sexta-feira, no cais do Sodré, em Lisboa.

1.3.1. Do desembarque em Alcântara

O vapor holandês atracou às 9h15, com a proa virada a oeste, quase ao fim do cais de Alcântara, apesar de ter entrado a barra às 8h30. Tal atraso suscitou a hipótese, entre aqueles que se encontravam na doca, de que o «caudillo» teria desembarcado em Cascais para esquivar-se de demonstrações de simpatia à semelhança das que tinha sido testemunha tanto em Cádiz como em Gibraltar. O raciocínio fazia sentido: o fato de Sanjurjo ter escolhido se exilar em Portugal, em lugar da França e da Itália, causou uma impressão positiva na população local, a despeito de que já era figura bastante conhecida e admirada em solo lusitano. Afinal, a sua trajetória militar¹⁸, que começa com a guerra de Cuba e prossegue até a luta contra os mouros do Riff, não havia passado despercebida pelos portugueses. “Respeitadas também são as suas cruces laureadas de São Fernando, a cruz de Santo Hermenegildo, que lhe esmaltam o peito – num significado que jamais pode deixar de marcar bem em destaque a sua figura”, lembrou o *Diário da Manhã* (28 de abril de 1934, p. 05).

¹⁶ Atualmente, essa área é mais conhecida como Costa do Estoril.

¹⁷ Eles cumpriram a viagem de automóvel e ficaram satisfeitos, segundo o mesmo jornal, com o acolhimento das autoridades portuguesas e com as facilidades dispensadas na fronteira.

¹⁸ A ação de Sanjurjo em Marrocos na luta contra os rifenhos, somada ao modo como comandou a Guarda Civil e o Corpo de Carabineiros, garantiu-lhe, no entendimento do *Novidades* (27 de abril de 1934, p. 01), “a consideração de toda a Espanha”. De acordo com o jornal, ele “teve nas mãos a sorte da monarquia e da república espanholas”.

Tais suspeitas, entretanto, dissiparam-se rapidamente assim que o navio acostou em Lisboa. Imediato, igualmente, foi o assédio dos jornalistas ao general, que estava cercado já por amigos e admiradores na sala de fumo da primeira classe, onde concedeu as suas primeiras declarações e autógrafos. Um deles, publicitado com relevo pelo *Novidades*, dizia o seguinte:

Ao desembarcar nesta fidalga terra portuguesa, tenho prazer em manifestar que, sem nenhuma vacilação, levado naturalmente pela semelhança deste hospitaleiro país com a minha querida Espanha, escolhi este belo lugar de Monte Estoril para passar a temporada de repouso que inicio, são de espírito e de energia, sem perder a fé nunca nos destinos da minha pátria. E, com a minha saudação carinhosa ao país irmão, a exposição do meu agradecimento pela maneira como me acolheu. (*Novidades*, 28 de abril de 1934, p. 03)

A imprensa já estava quase toda reunida uma hora antes da chegada de Sanjurjo. Sob a direção do engenheiro Paulo de Brito Aranha, a «Tobis Portuguesa»¹⁹ montou o seu aparato com vista a fazer um registro sonoro do acontecimento, assim como outros tantos cinegrafistas de Kinamo em riste. Também o aguardavam inúmeros conterrâneos, entre os quais, os exilados de Villa Cisneros, a exemplo dos coronéis Manuel Romero de Tejada, Gabriel de Benito e Ricardo Serrador, chefe dos emigrados políticos que residiam em Portugal. “E até alguns portugueses ali se viam, movidos pela simples curiosidade de ver desembarcar o célebre caudilho, cujo nome vem tantas vezes, em caracteres de «caixa alta», nas colunas dos jornais” (*Diário da Manhã*, 28 de abril de 1934, p. 05).

Recebidos os cumprimentos, bem como um ramo de rosas vermelhas e tulipas amarelas, atado com fitas das cores da antiga bandeira de Espanha e ofertado pelo coronel Ricardo Serrador à Dona Maria Prieto, o herói de Marrocos partiu, entre vivas e palmas, num automóvel, acompanhado por Dom Luiz Arana e Dom Ricardo Goizoeta, em direção ao Hotel Miramar, um dos mais luxuosos do Monte Estoril. Outros carros seguiam-no em comitiva, entre eles, o que conduzia a sua família.

¹⁹ A «Tobis Portuguesa» foi criada em 1932 com o objetivo de apoiar e fomentar o desenvolvimento do Cinema português. (Fonte: <http://www.tobis.pt>)

1.3.2. *Da recepção no Monte Estoril*

Na chegada ao hotel, um hidroavião «De Fleet», da base do Bom Sucesso, riscava o céu do Monte Estoril com temerárias manobras acrobáticas. Era uma espécie de presságio do que, cerca de dois anos mais tarde, viria a acontecer com o marquês de Riff. Dentro duma sala ampla e decorada especialmente para o evento, os redatores de Lisboa e do Porto, assim como os jornalistas das agências estrangeiras, esperavam ansiosos pela coletiva agendada para as 11 horas da manhã. Em paralelo, a «Tobis Portuguesa» filmava um documentário sobre a cerimônia de recepção, o qual, no dia seguinte, foi exibido em Madrid.

O general Sanjurjo só pôde atender a imprensa depois de cumprimentar a todos os amigos que tinham ido recepcioná-lo, como, por exemplo, o coronel Pablo Martin Alonso²⁰, antigo ajudante de campo de Afonso XIII. Cumprida essa etapa, o marido de Dona Maria Prieto, atenciosamente, pôs-se à disposição dos jornalistas. Em nome dos órgãos de comunicação social presentes, o repórter de mais idade, Cristóvão Aires, saudou “o bravo militar”, solicitando-lhe algumas declarações²¹. Sanjurjo, prontamente, acedeu:

Nada tenho a dizer de política. Acabo de sair duma prisão, onde estive 20 meses, e do que se passa no meu país sei só aquilo que lia. E conhecerem-se factos pelo que se lê é bem diferente do que vivê-los, vendo-os e ouvindo-os com os próprios ouvidos. Como não sou espectador dos mais recentes acontecimentos, receio equivoocar-me.

E prosseguiu, tecendo uma crítica contundente à impunidade política, crítica essa que poderia, perfeitamente, aplicar-se aos dias que correm:

Eu não entendo, nunca entendi, nada de política. Foi mesmo por isso que fui para o cárcere. Não usei daquelas cautelas que hoje reconheço se devem usar. Fui incauto. Deixei-me enlear por malhas que não conhecia. Tudo falta de saber político. Porque os políticos, esses nunca vão parar à cadeia.

Sem demonstrar qualquer sinal de cansaço, o general também discursou acerca das razões que o impeliram a escolher Portugal como o endereço do seu exílio, e não a França ou a Itália, por exemplo:

²⁰ Pablo Martin Alonso e outros 13 exilados espanhóis manifestaram, em 26 de abril de 1934, no Ministério das Finanças, o reconhecimento ao governo português pelo modo gentil como foram tratados durante a sua permanência no país. Eles foram recebidos pelo secretário Fernando Teixeira, “a quem pediram que transmitisse ao presidente do Conselho os melhores agradecimentos e profunda gratidão de todos os emigrados políticos espanhóis” (*Novidades*, 27 de abril de 1934, p. 03).

²¹ Os excertos da entrevista foram retirados dos periódicos *Novidades* e *Diário da Manhã* de 28 de abril de 1934.

Quando vi que mais cedo ou mais tarde, ia terminar a minha reclusão (nestas coisas políticas, se os que caem desaparecem, os outros, tarde ou cedo, têm de ser postos em liberdade), logo pensei em sair do meu país. Entendia que, para manter a minha atitude de abstenção de todas as coisas políticas, me convinha sair de Espanha. Quero descansar na paz e tranquilidade a que tenho jus. Pelo que tenho lido e ouvido, sei que Portugal é um país que marcha com toda a ordem, um oásis no meio da crise europeia. Sabia que Portugal era um dos raros países europeus onde actualmente se estão a realizar grandes obras públicas e particulares – sinal indiscutível de prosperidade e de sossego. Além disso, tinha a certeza de encontrar aqui um ambiente muito agradável. Resolvi-me a vir para Portugal para estar mais perto do meu país.

Interpelado a respeito do que lhe ocorrera no pensamento na noite em que foi condenado à morte²², respondeu - sem antes franzir discretamente a expressão, até então imperturbável:

Compreendem que me habituara a expor a vida pela pátria [...]. Desde então, familiarizei-me tanto com a morte, que, quando o tribunal me condenou, pensei: pronto, chegou a hora. É agora a minha vez. Se tivessem executado a sentença, julgo que morria bem. Morria pelo ideal, em que sonhei, de maior grandeza para Espanha. Tinha a consciência tranquila, porque me levantei em armas em nome da Espanha e nunca para conseguir benesses próprias. E que melhor honra pode querer um soldado, que a de morrer com a farda? Não me acostumo com a ideia de poder morrer na cama.

No que se refere à derradeira pergunta, pertinente ao acolhimento em Portugal, Sanjurjo declarou o seguinte:

Estou encantado. Mas não sou eu só. Dos meus camaradas, que se encontram há mais tempo, só tenho ouvido louvores à vossa hospitalidade e fidalguia. E as suas informações contribuíram muito para que eu, que tinha os meus passaportes visados também para Itália e para França, onde é provável que vá dar uma volta, daqui a um tempo, tencionasse, logo de princípio, vir para o vosso país.

Finda a coletiva, Sanjurjo, em respeito à boa e velha tradição do «jabaculê»²³, ofereceu aos jornalistas e aos demais circunstantes um cálice de Jerez²⁴. Gratos, retribuíram-

²² O marquês de Riff foi preso em viagem de Sevilha para Huelva, ambas as cidades localizadas na Comunidade Autónoma da Andaluzia, no sudoeste da Espanha. Como já grifamos aqui, a pena capital, mais tarde, foi comutada em prisão perpétua.

²³ Igualmente conhecido por «jabá», o «jabaculê», termo recorrente na indústria da música brasileira, denomina uma espécie de suborno em que gravadoras pagam a emissoras de rádio ou de TV pela execução de músicas. Em verdade, a utilização do termo abrange um leque maior de situações: respeita a propinas, gorjetas ou qualquer tipo de dinheiro pago em troca de favores ilícitos, a exemplo do aliciamento de jornalistas para obtenção de comentários favoráveis. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jabaculê>)

²⁴ Depois do brinde, Sanjurjo respondeu ainda a algumas perguntas. Uma delas, sobre o futuro da Espanha. “Tenho de repetir o que disse à imprensa portuguesa. Fora da Espanha continuo a ter, como sempre, a maior fé nos destinos da minha pátria.” (*Diário da Manhã*, 28 de abril de 1934, p. 06)

lhe com fervorosas saudações. Àquela altura, os ponteiros marcavam meio-dia; e a chuva e a névoa já haviam dado uma trégua, como se o céu de Portugal estivesse recebendo com boas vindas o conquistador de Alhucemas, que jamais voltaria a pisar o solo da sua terra natal, Pamplona²⁵. Ao menos, em vida.

²⁵ Durante o exílio, houve apenas uma viagem a Espanha. Jerez, na Província de Cádis, para sermos mais específicos.

2

ÂMBITO HISTÓRICO

Antes de partirmos para a análise propriamente dita da cobertura dos periódicos locais *A Voz*, *República*, *Novidades*, *Diário da Manhã* e *Diário de Notícias* da morte do general José Sanjurjo y Sacanell, convém traçar uma breve contextualização histórica, a fim de que alguns pontos sejam mais bem compreendidos. Entre eles, os interesses de Oliveira Salazar em relação ao sucesso da luta «nacionalista» para lá da raia. É oportuno também esclarecer o trânsito de mão dupla que caracterizou o fluxo de exilados políticos, quer de Espanha, quer de Portugal, que cruzaram a fronteira entre os dois países vizinhos durante a década de 1930, nomeadamente o período entre a vitória da Frente Popular nas eleições de fevereiro de 1936 e o estopim da Guerra Civil, em 17 e 18 de julho do mesmo ano.

Não menos relevante, um voo panorâmico sobre a história do jornalismo lusófono, da sua gênese, em meados do Seiscentos, até aos anos 30 do século passado, observando as relações entre censura e liberdade de imprensa ao longo desse percurso, serve de preâmbulo para que enquadremos historicamente as publicações supracitadas e, igualmente, para que, em seguida, delineemos cada uma delas no que se refere às suas políticas editoriais. Posto isso, cabe agora debruçar-se, de fato, sobre o âmbito histórico em que se insere o objeto em investigação.

2.1. Salazar e a Guerra Civil de Espanha

A evolução política de Portugal na década de 1930, no que toca tanto ao Estado Novo quanto à oposição político-social ao regime, estava bastante comprometida com o desenrolar do conflito civil no país vizinho, visto que, segundo César de Oliveira (1990, p. 21), “foi fortemente condicionada por fatores externos à própria sociedade portuguesa e muitos deles ocorreram independentemente da vontade política dos portugueses”. Por outras palavras, a consolidação da nova ordem política em Portugal dependia, em grande medida, das condições de segurança externa, isto é, de uma compatibilidade entre os regimes dos dois países ibéricos.

Daí, por exemplo, a demora de meia década para implantar o Estado Novo, motivada pela instauração, em abril de 1931, da II República em Espanha. Afinal,

as dificuldades sentidas pelos Governos portugueses no processo de construção do Estado Novo [...] explicam-se pelas incidências internas da ameaça que passou a constituir a simples existência de um Governo republicano de claras tendências de esquerda no único território com o qual Portugal tinha fronteiras. (Oliveira, 1990, p. 29)

Essa preocupação da Ditadura salazarista quanto à repercussão no cenário político interno do que acontecia na República vizinha, em verdade, recrudescceu antes mesmo do início da Guerra Civil de Espanha. Com o anúncio, em 16 de fevereiro de 1936, da vitória da Frente Popular e, apenas cinco dias depois, da nomeação de Manuel Azaña para Primeiro-Ministro, a imprensa portuguesa, designadamente a apoiante do Estado Novo, encarregou-se da função de disseminar um clima alarmista entre os seus leitores, sublinhando o risco que os resultados eleitorais espanhóis significavam para a estabilidade do regime português.

Para além da imprensa, as informações enviadas por Riba Tâmega, então representante de Portugal em Madrid, e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro, entre outras autoridades, somadas às manifestações populares contra o Estado Novo que tiveram lugar em Espanha, também contribuíram para franzir o cenho de Oliveira Salazar, que, naquela altura, preocupava-se, igualmente, com as ideias anexionistas ou federalistas ibéricas.

Não foi por acaso, a propósito, que o ditador português, em 21 de fevereiro de 1936 – mesmo dia em que Azaña foi nomeado para o cargo de Primeiro-Ministro –, em alocução realizada na Assembleia Nacional, prenunciava que “este novo ciclo de preocupações ia agora perturbar as relações de aproximação que se tinham verificado entre os dois países durante 1935 e, sobretudo, minar as condições de estabilidade do regime português” (Oliveira, 1987, p. 111).

Dito e feito. Com o triunfo da Frente Popular espanhola nas eleições legislativas de fevereiro de 1936, Salazar, conhecedor das implicações desse resultado para a manutenção do Estado Novo, não pensou duas vezes antes de transformar Portugal num dos sítios “privilegiados para a preparação da sublevação militar dos generais espanhóis, sendo o general Sanjurjo um dos pivôs dessa conspiração” (Oliveira, 1990, p. 33).

O país vizinho, de seu lado, não deixou por menos, logicamente. Ainda de acordo com César de Oliveira (1990, p. 33), é a partir desse período que, em Espanha, “todos os apoios que haviam sido dados aos exilados portugueses à luta contra o regime liderado por

Oliveira Salazar entre abril de 1931 e novembro de 1933 foram reativados”. Houve, portanto, a partir daí, um acolhimento crescente dos opositores à Ditadura portuguesa, visto que as terras espanholas, além de próximas, constituíam um refúgio seguro para os que promoviam movimentos e ações pela restauração da democracia e das liberdades em Portugal.

Entrementes, o território português continuava a servir de exílio para um número cada vez maior de conservadores e monárquicos espanhóis. Salazar, apesar do possível viés cômico do episódio da queda da cadeira, ocorrido décadas mais tarde, não brincava em serviço. Para ele, o futuro do seu regime, moldado em função das características da sociedade lusitana, estava intrinsecamente ligado ao desenlace da Guerra Civil de Espanha, na medida em que uma eventual vitória republicana, ao intensificar as ameaças aos interesses da Ditadura, resultaria, cedo ou tarde, no fim do Estado Novo.

Como consequência direta dessa constatação, o alinhamento declarado à sublevação dos militares espanhóis, em 18 de julho de 1936. Alinhamento esse materializado por ações e iniciativas de apoio coordenadas pelo ex-ministro do Comércio, o industrial algarvio Sebastião Ramirez. Dentre as principais medidas, destacam-se o fornecimento de produtos alimentares, as facilidades de trânsito de homens e material de guerra e o apoio das estações de rádio, uma delas o Rádio Club Português. Salazar também fomentou a partida de «voluntários» para as frentes de combate, os Viriatos, acolhidos em triunfo no regresso.

Em última análise, o ditador português tinha ciência, como acabamos de pontuar, de que os dias do Estado Novo estariam contados se a sorte das armas para lá da raia fosse desfavorável ao regime luso. Em realidade, ele jamais escondeu que o conflito de Espanha era também uma bandeira sua. Daí que, aquando da vitória «nacionalista», exclamou, numa das suas solenes deslocações ao monocolor hemicycle de São Bento²⁶: “Vencemos, eis tudo!”.

2.2. Jornalismo português: da Restauração até à década de 1930

Com o escopo de divulgar a Restauração da Independência²⁷, circulou em Portugal, em 1641, o primeiro número da *Gazeta*, calcada na *La Gazette* francesa de 1631 (Tengarrinha, 1989). Publicada irregularmente até 1647, essa gazeta, cuja coleção ficou conhecida por

²⁶ O Palácio de São Bento é a sede da Assembleia da República. De estilo neoclássico, “tem as suas origens no primeiro mosteiro beneditino edificado em Lisboa, remontando a sua construção ao ano de 1598”. Em 2002, o edifício foi classificado Monumento Nacional. (Fonte: <http://www.parlamento.pt>)

²⁷ Trata-se do regresso de Portugal à sua completa independência em relação a Castela em 1640, após sessenta anos de regime de monarquia dualista. (Fonte: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>)

«gazetas da Restauração», é, sem dúvida alguma, um marco na história nacional, pois inaugurou o jornalismo periódico português. No seu rastro, entretanto, foram promulgadas, por Dom João IV, leis que recrudesciam as licenças prévias e, por extensão, a censura. Assim, nasciam, quase ao mesmo tempo, os dois lados da mesma moeda: controle e liberdade de expressão. «Moeda» essa que acompanhou praticamente toda a história do jornalismo lusitano.

Não obstante o surgimento da *Gazeta*, o período entre meados do século XVII e o início do seguinte foi sinônimo de atraso para o povo português, que se viu asfixiado tanto pelo absolutismo régio como pela Igreja Católica. Daí a então escassez de jornais estáveis no país. O jejum só se quebrou em 10 de agosto de 1715, com a chegada da *Gazeta de Lisboa*, atual *Diário da República*, periódico oficial do Estado. De acordo com Tengarrinha (1989), aquela publicação responde duplamente pelo primeiro anúncio comercial e pela primeira ilustração sobre um acontecimento publicados na imprensa portuguesa. O que a *Gazeta de Lisboa* nem os demais periódicos não contavam era com o controle férreo exercido sobre a imprensa ao longo de todo o século XVIII. O ápice dessa vigilância coincidiu com a era pombalina: em 1768, instituiu-se a Real Mesa Censória²⁸, cujo patrulhamento resultou na não publicação de qualquer jornal em Portugal até 1777, ano em que faleceu o rei Dom José I.

A lentidão no desenvolvimento do jornalismo local persistiu até 1820, quando teve lugar em Portugal a Revolução Liberal e Constitucionalista. Consta dessa época, a aprovação da primeira lei sobre liberdade de imprensa, que previa mecanismos jurídicos para condenar possíveis abusos. Além disso, a Constituição liberal de 1822 corroborou o direito à liberdade de expressão do pensamento. Por volta de dez anos depois, uma nova lei, um tanto mais permissiva, foi promulgada. Era uma lufada de otimismo no jornalismo de Portugal. Por isso, na primeira metade do Oitocentos, houve um «boom» na imprensa política, ou «party press», evidenciado pelo surgimento de títulos como *A Lança*, *O Atleta* e o *Procurador dos Povos*.

Contudo, a surpresa maior não dizia respeito ao jornalismo exclusivamente político e erudito, e sim ao político-noticioso e «popular». O *Periódico dos Pobres*, fundado em 1826, encabeçava uma lista extensa de diários «populares» de sucesso, a exemplo do *Dez Réis - Jornal de Utilidade*. Todas essas publicações serviram de experiência para que, em meados do século XIX, surgisse o primeiro jornal noticioso «industrial»: o *Diário de Notícias*. Nessa altura, Portugal vivia um momento de estabilidade política e de aquecimento da economia,

²⁸ “Em 1787, a Real Mesa Censória foi substituída pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e a Censura dos Livros, onde predominavam eclesiásticos” (Sousa, 2008, p. 10).

assente na industrialização, bem como de permissiva legislação reguladora da liberdade de imprensa. O amálgama perfeito, portanto, para o fomento das redações e para a emergência dos primeiros jornais portugueses «de massas».

O baixo preço por exemplar, a linguagem clara e acessível e a profissionalização dos jornalistas são apenas algumas das características da fase do jornalismo industrial, inaugurada pelo seu principal expoente, o *Diário de Notícias*, e pelas demais publicações populares noticiosas. Fundado por um grupo de republicanos em 1881, *O Século* é um dos que seguiam a mesma cartilha comercial e informativa do *DN*, embora sem abrir mão das suas orientações políticas. Além disso, o jornal encaixava-se no conjunto de publicações republicanas²⁹, com linha editorial política ou política-noticiosa, que propagaram a sua causa e contribuíram, em 1910, para a instauração da República³⁰.

A pressão gerada por esses periódicos republicanos, reforçada por outros grupos sociais, como o dos socialistas e o dos maçônicos, fez com que, progressivamente, a liberdade de imprensa desse um passo atrás mais uma vez. É que os últimos governos monárquicos, inseguros ante a instabilidade causada por tais grupos e órgãos, instituíram o regime mais repressivo visto até então. Criaram-se os chamados «gabinetes negros», encontros semanais dos agentes do Ministério Público das comarcas judiciárias. O objetivo? Avaliar os conteúdos dos jornais. Mas o abuso de autoridade do Governo de João Franco não parou por aí. Em 20 de junho de 1907, ainda de acordo com o principal estudioso contemporâneo da história do jornalismo português, José Manuel Tengarrinha (1989), um novo decreto, embora antigo na sua finalidade, concedeu aos governadores civis o direito de suspenderem jornais. A partir daí, tornou-se bastante comum, por exemplo, a prisão ou, até mesmo, o degredo de jornalistas, sem citar, entre outras medidas impensáveis nos dias que correm, as apreensões de todos os exemplares de determinadas edições.

A despeito da conjuntura relativamente pouco favorável, a imprensa lusitana não deixou de se desenvolver. Conforme o pesquisador português Jorge Pedro Sousa³¹ (2008), alguns jornais generalistas, no que tange ao formato, já se aproximavam do atual tabloide, ao passo que outros, do «standard». Quanto às ilustrações, segundo ele (2008), todos publicavam

²⁹ “O Mundo, fundado a 16 de Setembro de 1900, e assumindo, desde o primeiro dia, uma orientação editorial político-ideológica, foi, de entre os diários republicanos mais radicais, o que maior sucesso teve até já bem entrado o século XX” (Sousa, 2008, p. 46).

³⁰ Fruto de um golpe de Estado, a República Portuguesa foi proclamada em 05 de outubro de 1910, substituindo uma monarquia constitucional.

³¹ Além de pesquisador do Centro de Investigação Media & Jornalismo, Jorge Pedro Sousa, estudioso da história do jornalismo português, é professor catedrático da Universidade Fernando Pessoa – Porto, Portugal. O seu trabalho mais recente chama-se *A Génese do Jornalismo Lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria*.

não só retratos como também caricaturas e mapas, o que evidencia que “a informação visual tinha chegado já à imprensa diária noticiosa e generalista portuguesa” (p. 48). “Os meios técnicos [...], a procura da informação e o lucro sustentaram a firme expansão da imprensa portuguesa na transição para o século XX” (2008, p. 48), conclui.

2.2.1. *A censura e o Estado Novo*

Em branco. Era assim que, em certas ocasiões, os periódicos, nos inícios do século XX, editavam os seus escritos censurados (Tengarrinha, 1989). Os protestos também incluíam conferências, comícios e abaixo-assinados. Com efeito, a primeira década do Novecentos foi marcada por uma forte perseguição à imprensa que se opunha ao poder. O cerco aos jornais, em particular aos republicanos, era tão grande que, não raro, as suas sedes eram assaltadas, quer pela polícia, quer por grupos afetos ao Estado. É nesse período que a imprensa local, mesmo aquela nascida com uma postura ideológica bem definida, ou seja, vinculada a um campo político, passou a assumir um cariz mais noticioso. Publicações como *O Mundo*, por exemplo, investiam cada vez mais no aspecto informativo, sem, entretanto, preterir a sua linha editorial.

Com a revolução de 05 de outubro de 1910, a censura deu uma trégua. Revogou-se a lei de abril de 1907, que restringia a liberdade de imprensa, e, em 28 de outubro de 1910, um novo decreto estimulou o surgimento de jornais, a exemplo do *República*, de 1911. Não foi preciso, porém, muito tempo para que os republicanos, provando do poder, replicassem todos os abusos que, um dia, haviam sido terminantemente contra. Assim, censura, apreensão de exemplares e destruição de instalações voltaram a fazer parte do cotidiano português. Em plena Primeira Guerra Mundial, em 1916, a repressão chegou ao seu ápice: através da Lei 495, o governo republicano impôs novamente a censura. A contrapartida foi o aumento de jornais e das suas tiragens. Mas, com o fim do conflito, seguido do assassinato de Sidónio Pais e do retorno ao Parlamentarismo, Portugal respirou de novo ares mais democráticos. Por um breve período, grife-se, já que o país, a partir de 1926, retrocederia, uma vez mais, ao estágio de controle de ideias e informações, contrárias, agora, à ditadura e, mais adiante, a outro regime: o Estado Novo.

A censura prévia – a mais duradoura instituição da II República, pois existiu, praticamente sem interrupção, desde maio de 1926 a abril de 1974 – era o vértice e o elemento essencial deste sistema, antes de mais assente na repressão preventiva, no não correr o risco de se deixar escrever, falar ou mostrar. Instaurada pela ditadura militar em maio de 1926 e novamente regulamentada por Salazar em abril de 1933 (Decreto-Lei n. 22 469) [...], a censura prévia dependeria do Ministério do Interior e, a partir de 1944, do Secretariado de Propaganda Nacional (Decreto-Lei n. 33 545, de 23 de fevereiro de 1944), ou seja, da própria Presidência do Conselho. (Rosas, 1998, p. 246)

É preciso ressaltar que, num primeiro momento, a ditadura militar não censurou os jornais. O controle iniciar-se-ia com a chegada de Gomes da Costa ao poder, o que ensejou a instauração da censura³². Mas faltava ainda um instrumento jurídico que institucionalizasse a atividade dos censores. Essa questão foi resolvida com a entrada em vigor, a 11 de abril de 1933, da nova Constituição portuguesa, que, embora assegurasse a liberdade de expressão e de imprensa, explicitava que o exercício da mesma seria regulado por leis especiais³³. “Assim, a censura à imprensa - que nunca tinha deixado de existir - continuou, desta vez alicerçada na Lei Fundamental” (Sousa, 2008, p. 57).

Decorridos três anos, o Estado Novo, replicando um expediente que havia sido bastante usado pelos governos do século XVII para desacelerar o crescimento do jornalismo nacional, instaurou novamente o mecanismo do licenciamento prévio. Por meio dum decreto de 14 de maio, exigia-se aos donos de órgãos de comunicação provas de integridade moral e intelectual, bem como de meios financeiros para abrir novos jornais. De outro modo, estariam sujeitos à repressão «a posteriori», que “ia desde a multa à apreensão administrativa, podendo chegar à suspensão ou até ao encerramento do órgão em causa [...]” (Rosas, 1998, p. 246).

Depois de tudo isto, após prevenir e castigar onde a prevenção não bastava, vinha a preocupação de «formar» - mas essa seria a tarefa de um conjunto de outros organismos, a nível da «educação nacional» ou da propaganda, onde pontificava, desde 1933, o Secretariado de Propaganda Nacional. (Rosas, 1998, p. 246)

Com o objetivo de centralizar a propaganda num organismo diretamente dependente e supervisionado pelo chefe de Governo, é que Oliveira Salazar resolveu criar o SPN, cuja direção ficou a cargo do jornalista, escritor e político António Ferro. A função essencial do

³² “A 22 de junho de 1926 todos os jornais de Lisboa publicavam uma comunicação assinada pelo 2º comandante da polícia: ‘Por ordem superior levo ao conhecimento de V. Ex.ª que, a partir de hoje, é estabelecida a censura à Imprensa [...]’” (Veríssimo, 2003, p. 37).

³³ O artigo 8º da Constituição, no que tange à liberdade de expressão, prevê que leis especiais deverão “impedir, preventiva ou repressivamente, a perversão da opinião pública na sua função de força social” (Veríssimo, 2003: 38).

Secretariado, no entender de Helena Ângelo Veríssimo (2003, p. 24), era a de “satisfazer a necessidade de uma propaganda do Estado, de uma política do espírito, de uma formação e de uma imposição ideológicas concordantes com os princípios do Estado Novo [...]”.

O SPN surge-nos, assim, como a entidade unificadora e integradora de todos os corpos da Nação, à qual ‘todas as repartições e serviços do Estado são obrigados a prestar as informações que [...] lhes pedir para o bom desempenho das suas funções; a enviar-lhes todas as publicações oficiais ou oficiosas; a facultar-lhe todos os meios indispensáveis [...]’ ao bom cumprimento das suas funções. (Veríssimo, 2003, p. 26)

O Secretariado de Propaganda Nacional, rebatizado, em 1944, como Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo – SNI –, aos poucos, passou a responder pela política de informação, associada, inicialmente, ao Ministério do Interior³⁴. Era esse órgão, a propósito, que, através da criação, em junho de 1933, da Direção Geral dos Serviços da Censura, cuidava do sistema repressivo, que tinha por elemento central a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado – PVDE –³⁵, “um corpo centralizado e especializado de informação e repressão política” (Rosas, 1998: 246). Todavia, importa salientar que o salazarismo jamais regulamentou o funcionamento da censura. Consoante Sousa (2008), “os censores agiam discricionariamente, pois o único documento com instruções era uma carta de 28 de Agosto de 1931 da Direcção-Geral dos Serviços de Censura às delegações” (p. 58).

De qualquer maneira, por conveniência de ambas as partes, os procedimentos rotinizaram-se. Os jornais enviavam três provas à Comissão de Censura da sua área, que devolvia uma delas com os carimbos ‘visado’, ‘autorizado’, ‘autorizado com cortes’ [...] competindo ao jornal decidir sobre a publicação das notícias parcialmente cortadas), ‘suspense’ (conteúdos a aguardar decisão superior), ‘retirado’ ou ‘cortado’ (proibição absoluta de referência ao assunto em causa). (Sousa, 2008, p. 58)

Mas, ao inverso dos protestos nos inícios do século XX, os jornais não deixavam mais espaços em branco. Em contrapartida, os Serviços de Censura permitiam que o aviso “visado pela Comissão de Censura” fosse estampado na primeira página.

³⁴ “A situação de total dependência da censura em relação ao Ministério do Interior terminará com a criação, em 1940, do [...] Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação” (Veríssimo, 2003, p. 38).

³⁵ A PVDE, a partir de 1945, “quando os ventos democratizantes do pós-guerra”, como faz notar Fernando Rosas (1998, p. 246), “aconselhavam maiores cuidados terminológicos e processuais”, passou a ser chamada de PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

A recusa de publicação de uma notícia, ou de um comentário, sugerido pelas comissões de censura podia, aliás, dar sérios problemas aos jornais. Por exemplo, o [...] *República*, uma das vozes da oposição ao regime, recusou-se a condenar o assalto ao paquete Santa Maria por um grupo de oposicionistas [...], em 1961, pelo que foi suspenso durante três dias. (Sousa, 2008, p. 59)

Em tom conclusivo, podemos observar que a história do jornalismo português, desde a sua gênese, com o primeiro número da *Gazeta*, até à década de 1930, foi marcada, como vimos, por momentos de maior e menor liberdade de imprensa e de expressão do pensamento. Aliás, houve momentos em que essa liberdade nem mesmo existiu, a exemplo do período entre 1768 e 1777, durante o qual a atividade jornalística foi interrompida. Já no que respeita, especificamente, à censura nos primeiros anos do Estado Novo, recorte que, sobremaneira, interessa à corrente investigação, convém sublinhar que se encarregou, juntamente com a polícia política, do controle político-ideológico do regime. Igualmente importante foi o papel “de inculcação ideológica e de formação de uma nova geração” exercido pelo Secretariado durante os anos 30 (Veríssimo, 1998, p. 27). É nesse contexto de política propagandística e de controle informacional que se inserem os jornais *Diário de Notícias*, *República*, *Diário da Manhã*, *A Voz* e *Novidades*, que servem de «corpus» para esta dissertação – e acerca dos quais trataremos a seguir.

2.3. Contextualização dos jornais

Desde 1864, a história de Portugal vem sendo registrada por uma das publicações generalistas mais antigas e de maior tiragem³⁶ do país: o *Diário de Notícias*. Fundado em 29 de dezembro daquele ano pelo industrial tipográfico Tomás Quintino Antunes e pelo escritor e jornalista Eduardo Coelho, o periódico, pioneiro na venda ambulante de jornais, noticiou uma série de fatos históricos marcantes, em especial para o povo português. O advento do Estado Novo, as atrocidades da II Guerra Mundial e a adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia são apenas alguns. Por isso, na oportunidade das comemorações do seu centenário, recebeu numerosas homenagens³⁷. Um delas, a proclamação de sócio honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa, o mais alto distintivo daquela instituição, que somente fora entregue, até então, ao almirante Gago Coutinho.

³⁶ A título de exemplo, a tiragem média diária da edição em papel de janeiro de 2012 foi de 49.799 exemplares.

³⁷ O jornal foi condecorado com a Medalha de Ouro da Cidade de Lisboa, que “representa o testemunho [...] do interesse votado à capital no decorrer de cem anos” (*Diário de Notícias*, 29 de dezembro de 1964, p. 01).

O dia de hoje, evocativo de memórias, de labores e de glórias imperecíveis, mais do que um dia de saudade, é, por isso, um dia de fé. Fé nos nossos próprios destinos. Fé nos destinos do País. Fé na missão que, desde há cem anos, é a deste jornal nos destinos da Imprensa Portuguesa. (*Diário de Notícias*, 29 de dezembro de 1964, p. 01)

Atualmente dirigido por João Marcelino e de propriedade da Global Notícias – empresa do Grupo Controlinveste Media –, o *Diário de Notícias*, cujo edifício-sede se localiza no n.º 266 da Avenida da Liberdade, em Lisboa, já conheceu três séculos, durante os quais passou por fases as mais diversas, alternando a sua política editorial, ora mais propensa à situação ora à oposição. Dentre as inúmeras personalidades que fizeram parte dessa longa jornada do diário, destaque para Eça de Queiroz, Joaquim de Seabra Pessoa, pai de Fernando Pessoa, e José Saramago, sobre a qual falaremos mais adiante.

Nascido na Rua dos Calafates³⁸, no boêmio Bairro Alto, o *DN* teve as suas três primeiras décadas de existência marcadas pela direção de Eduardo Coelho, defensor de um jornalismo que fosse não só moderno e informativo como também independente. Foi ele quem inovou o cenário jornalístico local ao importar o editorial e a reportagem para a experiência lusitana. Mesmo após a sua morte, o jornal continuou a se modernizar, desta vez sob a direção de Alfredo da Cunha. O genro de Eduardo Coelho burilou o aspecto gráfico do periódico e granjeou colaboradores de renome, como os escritores Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão e o já referido autor de *A Ilustre Casa de Ramires*. Por alegadas ofensas aos poderes públicos, Alfredo da Cunha foi, em 1907, alvo de um processo movido pelo recém-criado gabinete de exame censório.

Em 1919, assumiu a direção o advogado e jornalista Augusto de Castro, em seguida ao escândalo familiar que resultou na venda do patrimônio da família Coelho à empresa moageira Companhia Industrial de Portugal e Colónias. “Dos cem anos do jornal, quase metade me pertencem, pois foi há quarenta e seis que o meu nome [...] apareceu pela primeira vez no «Diário de Notícias»”³⁹ (*Diário de Notícias*, 11 de novembro de 1964, p. 01). A partir daí, o *DN*, que passou a constituir a sociedade anônima Empresa do Diário de Notícias, sofreu a sua primeira grande mudança editorial. Isto é: aquele jornal informativo e independente idealizado por Eduardo Coelho, o seu primeiro diretor, já não era mais o mesmo. Sob as rédeas de Augusto de Castro, defendeu francamente os interesses dos novos proprietários. Também se abriu aos setores políticos e econômicos, bem como aos militares, que, em 1926,

³⁸ Atual Rua do Diário de Notícias.

³⁹ Retribuição à homenagem que a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto prestou às vésperas da comemoração do centenário do periódico.

instauraram a ditadura. A nova política editorial foi seguida por Eduardo Schwalbach, ocupando o cargo de diretor entre os anos de 1924 e 1939.

Durante esse período – grife-se, de extrema importância para o presente trabalho –, a Empresa do Diário de Notícias foi transformada em Empresa Nacional de Publicidade – ENP –, controlada pela Companhia Industrial de Portugal e Colónias e pela Caixa Geral de Depósitos. Foi ainda sob a direção de Schwalbach que ficaram para a história do jornalismo português as célebres entrevistas de António Ferro. O diretor do Secretariado Nacional de Informação – SNI – e autor de *Teoria da Indiferença*, entre outras obras, conversou com diversas celebridades e figuras históricas portuguesas e estrangeiras, a exemplo de Adolf Hitler, Primo de Rivera e o próprio Oliveira Salazar. Os bate-papos com o ditador português, a propósito, renderam o livro *Salazar, o homem e a sua obra*, editado pela ENP e traduzido para vários idiomas.

Nos finais da década de 1930, Augusto de Castro reassumiu o comando do periódico e, em 1940, em sintonia com o regime salazarista, tornou-se comissário-geral da Exposição do Mundo Português. A mesma altura em que foi inaugurada a nova sede do *DN*, na Avenida da Liberdade. Projetado pelo arquiteto Pardal Monteiro, o prédio conta com painéis assinados por Almada Negreiros, os quais adornam o espaço que hoje serve de galeria do *Diário de Notícias*. “A sede histórica [...] foi o primeiro edifício construído em Portugal de propósito para albergar um jornal, com espaços pensados para a redação e para o sistema de impressão”, relembra a jornalista Tatiana Vaz, em matéria comemorativa do aniversário de 145 anos do *DN*, publicada em 29 de dezembro de 2009 na versão eletrônica do diário.

Sob a influência simultânea da censura prévia e da direção de Augusto de Castro, o *Diário de Notícias* manteve a sua orientação política atrelada às diretrizes do regime até mesmo depois de Marcelo Caetano ter assumido o poder, em 1968. Essa situação só mudaria com a chegada do diretor Luís de Barros e do diretor-adjunto José Saramago, que definia a orientação ideológica do periódico da seguinte forma: “Este jornal não se pode, de futuro, limitar a ser uma folha de registos de ocorrências, mas há-de tornar-se no veículo das informações que o povo precisa”. No entanto, a nova orientação, próxima da do Partido Comunista Português, fez com que o diário fosse suspenso em meados da década de 1970. Os trabalhos só seriam retomados um mês depois, com os jornalistas Vítor Cunha Rego e Mário Mesquita ocupando, respectivamente, as funções de diretor e de diretor-adjunto.

Revolução nas ruas, revolução nas rotativas também. O período pós-revolução dos cravos foi de mudanças para o jornal. Nacionalizado, o diário reestabeleceu como diretrizes

editoriais o pluralismo de opiniões e a independência, na medida do possível, ante a influência dos campos político e econômico. Além disso, a aliança entre a ENP e a Sociedade Gráfica de *A Capital* originou a Empresa Pública Notícias Capital – EPNC. Já no tocante ao cargo de diretor, o bastão passou primeiro pelas mãos do socialista João Gomes antes de chegar, em 1978, às de Mário Mesquita, ex-adjunto. Com ele, outros profissionais, visando a oxigenar o jornal, passaram a integrar a equipe do *DN*, como Helena Marques, Dinis de Abreu e Mário Bettencourt Resendes.

Contudo, só a partir de 1991, é que o *Diário de Notícias*, reprivatizado, começou a assumir os atuais contornos. Comprometido com um jornalismo informativo de qualidade, é um órgão de comunicação que mescla a tradição de quase um século e meio de experiência com o advento das novas tecnologias e plataformas eletrônicas, a exemplo do seu sítio na internet, cuja primeira página foi lançada em meados dos anos 90.

2.3.1. *República*

O *República*, entretanto, não teve o mesmo destino. Depois das agitações internas decorrentes do *Caso República*, do qual falaremos logo adiante, o periódico suspendeu, em 1976, a sua publicação regular, retomando as atividades apenas em 2001, conquanto num formato trimestral e sem ostentar o mesmo prestígio do passado. Ainda assim, é um jornal que não só ocupa uma posição de destaque na história da imprensa portuguesa como também é de indelével importância para as questões que esta dissertação se propõe a investigar.

Instituído em 15 de janeiro de 1911 pelo político António José de Almeida, o *República*, que, ao lado do *Diário de Lisboa*, não dava trégua à ditadura salazarista, esteve desde os seus primórdios intrinsecamente ligado aos ideais republicanos e liberais e aos principais integrantes da Maçonaria em Portugal. A sua postura era a de privilegiar as notícias que, através das agências internacionais, provinham de fora, em detrimento da cobertura de acontecimentos vinculados ao Estado. Essa oposição ao regime, no entanto, não impediu que o periódico exercesse um papel de realce até aos finais dos anos 60. Em 1958, a propósito, o destaque dado à candidatura do General Humberto Delgado à Presidência da República marcou, claramente, a posição antifascista do jornal.

Volvido um breve período de inércia⁴⁰, durante o qual esteve sob o comando de Carvalhão Duarte, o *República* recuperou a sua visibilidade no cenário da imprensa diária nacional. Foram os anos, dourados, de Raul Rêgo à frente dos trabalhos e da colaboração de personalidades influentes, como Gustavo Soromenho e o advogado, historiador, professor e político Mário Soares. Na redação, uma equipe de peso, formada por Mário Mesquita, Álvaro Guerra e Jaime Gama, entre outros, cuidava de manter a qualidade do jornalismo. Resultado: as tiragens dispararam. A boa fase, porém, não duraria muito.

Em 1975, desconfiados de que o jornal teria se «vendido» ao PS, tornando-se porta-voz do partido, os funcionários dos setores gráfico e administrativo do *República* invadiram a sua direção, demitindo-a em seguida. A ocupação das instalações prolongou-se por vários meses, até 25 de novembro. Ao longo desse período, ex-redatores do *República*, numa atitude de protesto, lançaram um novo periódico: *A Luta*, ligado ao PS, que, seguido do PPD/PSD, havia abandonado o governo semanas antes. Esse impasse, que ficou para a história como *O Caso República*, só chegou a um denominador comum em 26 de janeiro de 1976, com a devolução das instalações e da direção do jornal às mãos dos seus legítimos donos.

2.3.2. *Diário da Manhã e o par católico*

Enquanto o *República* marcou a sua trajetória pela oposição ao regime, e o *Diário de Notícias* oscilou, ao longo da sua história, entre uma política editorial ora mais inclinada à esquerda, ora à direita, o *Diário da Manhã* nunca escondeu que o lado para o qual pendia, ou melhor, o lado para o qual despendia todos os seus esforços era o de Salazar. Desde que chegou às bancas a sua primeira edição, em 04 de abril de 1931, fez jus ao lema “Nada contra a Nação. Tudo pela Nação”, registrado abaixo do título. O *Diário da Manhã*, cuja redação e oficina funcionavam, na altura da tragédia de Cascais, na Rua da Misericórdia, em Lisboa, era, em realidade, mais uma plataforma de propaganda do Estado Novo. Não é à toa que, aquando do seu aniversário de 23 anos, o jornal oficioso do regime escreveria o que se segue:

⁴⁰ Em 15 de janeiro de 1961, data em que completava meio século de fundação, o *República*, que não ia bem financeiramente, apelou para a caridade dos republicanos, pedindo-lhes donativos para a compra de uma nova rotativa. “Mas estamos contentes. De aqui deste reduto, deste baluarte que através de mil canseira e não menores sacrifícios temos mantido intacto na defesa da liberdade da República e da Democracia, que o mesmo é dizer na defesa da Pátria una e indivisível” (*República*, 15 de janeiro de 1961, p. 01).

Fundado quando não existia na imprensa um jornal disposto a defender sem restrições o regime que se pretendia alicerçar e o Homem de Estado, que lhe ia definindo os contornos, e sob cuja direção superior se lançariam os fundamentos do ressurgimento nacional. (*Diário da Manhã*, 04 de abril de 1954, p. 01)

Um decênio antes, na edição comemorativa dos seus 13 anos de existência, o *Diário da Manhã*, dirigido, à época, por Manuel Murias, deixava assaz claro que o décimo quarto ano do periódico seria, sobretudo, de “combate na expansão e defesa da Revolução Nacional”, referindo-se, obviamente, ao golpe militar de 28 de maio de 1926.

Para dizer a verdade, a Revolução, com pouco menos de cinco anos de existência e pouco menos de três anos de direção de Salazar, não parecia ter assentado ainda nos seus objetivos mais elevados, nem porventura nas suas mais rasgadas aspirações. Iria definir-se pouco a pouco, consoante se dava mais um passo e se verificava mais forte a confiança da Nação e mais firme a decisão dos dirigentes. (*Diário da Manhã*, 04 de abril de 1944, p. 01)

As publicações católicas, em especial as ligadas ao Centro Católico Português, criado em 1915, também eram situacionistas. O *Novidades*, por exemplo, fundado em 07 de janeiro de 1885, reapareceu na década de 1920 como um órgão da hierarquia católica, apoiante do CCP. Outro jornal que, desde a sua fundação, esteve ligado à Igreja era o *A Voz*. Na edição especial de 29 de janeiro de 1937, a publicação comemorava, nas palavras do então diretor Fernando de Souza, estampadas na primeira página, o seu aniversário de “vinte e um anos de árdua acção ininterrupta ao serviço da Igreja e da Pátria”. Em verdade, celebrava-se, naquele momento, apenas uma década, visto que o periódico já havia mudado de título duas vezes.

A Voz nascera *A Ordem*, em 1916. Sem dispor de recursos financeiros suficientes, teria interrompido precocemente a sua jornada não fosse a intervenção do Cardial Patriarca António Mendes Belo, que incumbiu a uma comissão a tarefa de evitar “o que era quase impossível”, como frisa Fernando de Souza. “Mas esse impossível realizou-se principalmente pelo esforço administrativo do Rev. Alves Terças que assegurou a sua modesta existência” (*A Voz*, 29 de janeiro de 1937, p. 01). Por pouco tempo. Em 1919, em virtude de questões políticas, *A Ordem* foi suspenso indefinidamente pelo então governo de José Relvas. Porém, a equipe do jornal, que, ainda mencionando o seu diretor, “batalhava pelas grandes causas religiosas e patrióticas”, não deixou por menos: relançou o periódico, apesar de que sob o título de *A Época*. Para além da troca de nome, houve mudanças expressivas: “Em vez de noturno seria diurno e revestiria a modalidade de mais larga e complexa informação, sobretudo em matéria econômica e administrativa, sem deixar de predominar a sua feição

católica, pelo que dilataria a sua influência religiosa e patriótica” (*A Voz*, 29 de janeiro de 1937, p. 01).

Oito anos e uma suspensão a mais depois, é que o jornal, em 29 de janeiro de 1927, veio a se chamar, de fato, *A Voz*, continuando “a mesma tarefa [...] com igual independência política, sem abdicação das convicções dos seus redactores e com escrupulosa ortodoxia, como ‘jornal de católicos sujeito na parte religiosa à autoridade do Venerando Patriarca de Lisboa’” (*A Voz*, 29 de janeiro de 1937, p. 01). Em resumo, o *A Voz*, assim como o *Novidades* – e, designadamente, o *Diário da Manhã*, subvencionado pelo Ministério do Interior –, era, na altura da morte do general Sanjurjo, uma publicação claramente pró-regime, situando-se no polo oposto ao do *República*, que, na década de 1930, ao lado de órgãos como o *Diário de Lisboa*, representava, de alguma forma, uma voz da oposição democrática ao salazarismo. E nesse espectro político, num ponto equidistante, se encontrava o *Diário de Notícias*, formalmente independente, mas situacionista.

3

PERGUNTAS DE BASE

O marquês de Riff não era um mero emigrado político espanhol em Estoril – Portugal. Como já foi detalhadamente mostrado, o general encabeçava, com efeito, a sublevação militar de julho de 1936, cujos trabalhos conspiratórios que a antecederam foram dirigidos pelo general Emilio Mola, «El Director». Portanto, não fosse o acidente aéreo em Cascais, o futuro chefe de Estado em Espanha, uma vez que o golpe tivesse, de fato, triunfado, seria Sanjurjo, tal como entende o historiador britânico Paul Preston, especialista em História da Espanha.

Também se esperava que Mola desempenhasse um papel de destaque na política do regime vencedor. Francisco Franco y Bahamonde, por sua vez, ocupava uma posição na hierarquia conspiratória abaixo da de Sanjurjo. O seu prestígio, a propósito, comparava-se ao de vários outros generais, nomeadamente Joaquín Fajul, encarregado da insurreição em Madrid, e Manuel Goded, em Barcelona. Assim, o futuro de Franco na política depois do golpe “*solo podría desarrollarse a la sombra de los dos políticos carismáticos de la extrema derecha, José Calvo Sotelo y José Antonio Primo de Rivera*” (Preston, 2008, p. 109). Em suma, a tragédia que levou a vida do general Sanjurjo teve um impacto profundo no desenrolar da Guerra Civil de Espanha, bem como, inegavelmente, na carreira de Franco.

Pois bem. Diante do cenário descrito acima, é inevitável, a princípio, levantar suspeitas quanto a uma suposta ligação entre o general Francisco Franco e a queda do avião que transportava Sanjurjo. E na esteira desta lucubração, uma série de perguntas vem à tona. Por exemplo: poderia o futuro «caudillo» ter sido vítima de assassinato? Estaria, inclusive, o general Franco por trás do suposto homicídio? Ou teria sido outro o mandante do crime? Afinal, “*otra versión contradictoria con la de Ansaldo alegó posteriormente en Portugal algo poco convincente: que el accidente había sido resultado de una bomba colocada por anarquistas*” (Preston, 2008, p. 125).

Seguindo esta linha de raciocínio, teria a imprensa portuguesa de então relacionado o acidente a uma suposta ação conspiratória dos partidos integrantes da Frente Popular espanhola, hostis ao Estado Novo, com o intuito de manipular a opinião pública com o perigo da «união ibérica», associada a tais entidades pela propaganda do regime português? Ou seja,

para além desta especulação, é imprescindível questionar se a imprensa de Portugal tratou do acontecimento de forma isenta, objetiva, ou se se comportou de modo parcial, tendendo a omitir informações e opiniões que pudessem ir de encontro ao Estado Novo, uma vez que o regime não só apoiava o movimento insurreto espanhol mas também acolhia, como já foi exaustivamente discutido no presente trabalho, exilados da direita espanhola, entre eles, o general Ricardo Serrador.

Neste sentido, teria também a imprensa local dedicado pouca relevância à cobertura do acidente, de modo que a atenção fosse desviada para outros temas, evitando, assim, que a opinião pública discutisse o envolvimento do Governo português e das autoridades policiais com a conspiração militar antirrepublicana em Espanha? Ou, então, no caso da imprensa opositora ao regime, dispensado exígua atenção ao acontecimento, com o fim de desmerecer a carreira militar do falecido general?

Por conta dessas interrogações, cumpre também investigar se houve uma cobertura jornalística homogênea, isto é, apoiante do Estado Novo, ou se cada um dos periódicos seguiu um caminho condizente com a sua política profissional interna. Afinal de contas, os cinco periódicos em questão representavam linhas editoriais distintas entre si, a exemplo do *Diário da Manhã*, que representava a situação, e o *República*, mais propenso, de certa maneira, à oposição.

3.1. Hipóteses

Conforme o que já se escreveu aqui, não há qualquer prova ou indício que incrimine ou leve a crer que Francisco Franco tenha sido o artífice da tragédia de Cascais, embora, do ponto de vista das suas motivações pessoais, ou seja, das suas pretensões de ascensão na hierarquia militar, não falte munção para teorias da conspiração. Parece também pouco razoável, ou «convvincente», para citar novamente o termo utilizado por Paul Preston, que o depoimento do piloto Ansaldo pudesse ser contraditado, quanto mais pela versão que circulou posteriormente em Portugal: a de que o acidente havia sido causado por uma bomba implantada por anarquistas. Ademais, tendo em conta a censura prévia no Portugal de Salazar, acreditamos que a hipótese de que a imprensa lisboeta tenha abordado, mesmo que obliquamente, esta questão seja bastante improvável.

A propósito. Os jornais portugueses da época, em particular os cinco em investigação, muito provavelmente dedicaram uma cobertura parcial, apoiante do regime,

embora heterogênea – no sentido de que o *Diário de Notícias* e o *República*, por serem, historicamente, redações mais alinhadas ao princípio da objetividade, entre outros, decerto se preocuparam mais em noticiar o acontecimento de um ponto de vista jornalístico do que de um panfletário.

Por isso mesmo, não nos parece muito plausível a hipótese de que a imprensa, opositora ou não do regime, tivesse sido capaz de passar totalmente por cima do seu código deontológico. Isto é: sido capaz de deixar de cumprir com o seu dever primordial, qual seja, o de informar – ainda que mal e tendenciosamente, em alguns casos –, para, simplesmente, desviar a atenção da opinião pública ou, então, diminuir a importância histórica do general e, por conseguinte, do acontecimento em si. Antes pelo contrário. A imprensa, e muito por conta da censura prévia, deve ter enchido de loas e de passagens militares heróicas – e pouco confiáveis, do ponto de vista da confirmação histórica – as matérias que trataram da morte do general e dos eventos subsequentes à tragédia. Não nos esqueçamos de que, no Portugal da década de 1930, como relembra a professora e pesquisadora portuguesa Helena Ângelo Veríssimo (2003, p. 11),

dificilmente se poderá falar de uma política oficial de informação, mas antes de uma política de propaganda, que tem como um dos agentes privilegiados os jornais, e que é dirigida pelo Secretariado da Propaganda Nacional (S.P.N), que controla, de forma directa, a atividade jornalística.

A respeito dessas suposições, pois, vejamos, no próximo capítulo, o que os empoeirados arquivos da Hemeroteca têm a nos dizer.

4

COBERTURA JORNALÍSTICA

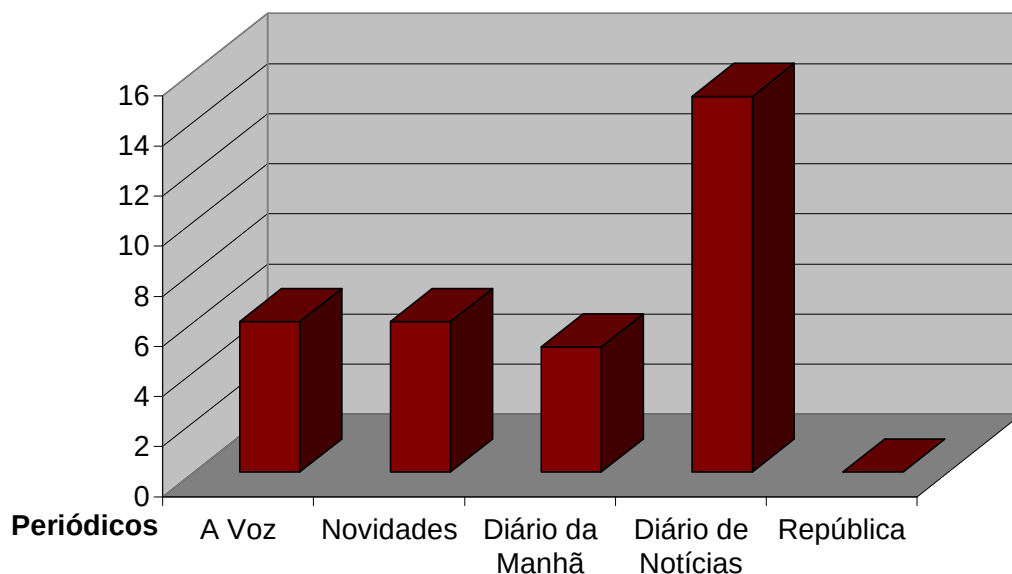
A Voz, *República*, *Novidades*, *Diário da Manhã* e *Diário de Notícias* foram os jornais utilizados como instrumentos de pesquisa da presente investigação acadêmica, cujo material recolhido, circunscrito entre as datas 18 e 31 de julho de 1936, diz respeito à cobertura jornalística portuguesa acerca da tragédia que pôs termo ao conquistador de Alhucemas, o general José Sanjurjo y Sacanell, e de seus desdobramentos, a exemplo da missa celebrada na Igreja de Santo António do Estoril no dia seguinte ao desastre.

De modo geral, foram encontradas referências ao acontecimento nas edições dos dias 21, 22, 23 e 30 de julho. As raríssimas exceções, como a carta, publicada no jornal *A Voz* do dia 27, de um leitor do Porto, representando os sentimentos dos cidadãos da cidade ante o falecimento do general, serão devidamente abordadas mais adiante. Esclarecido isso, cumpre traçar, antes de partirmos para uma análise do discurso jornalístico, breves considerações, do ponto de vista quantitativo, referentes às informações reunidas.

4.1. Análise quantitativa

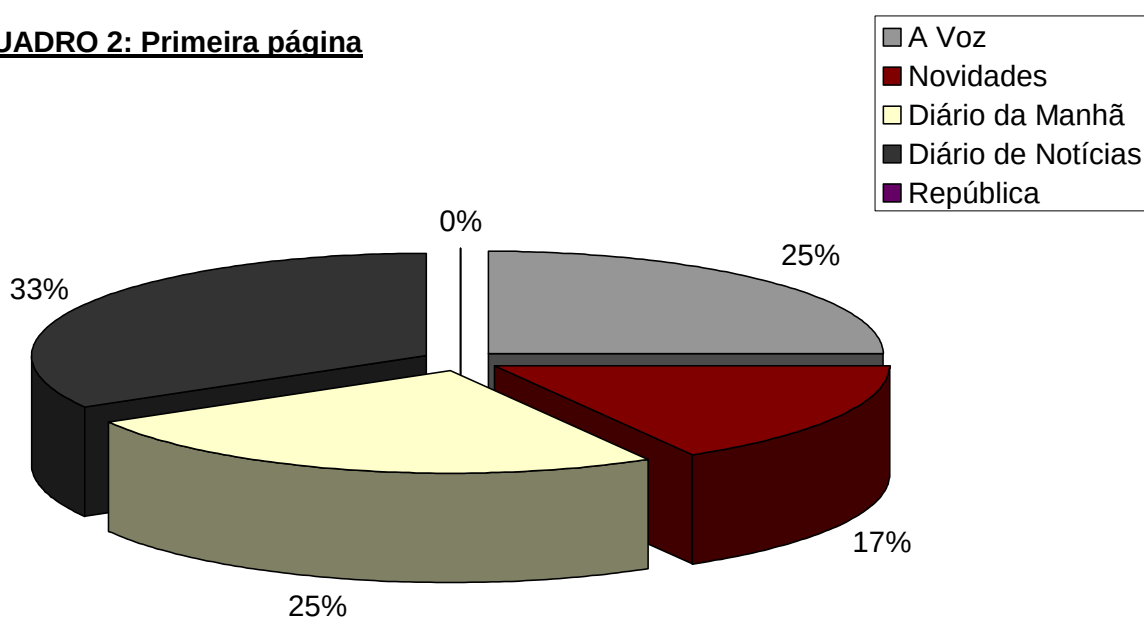
No tocante, por exemplo, ao uso de fotografias (ver **Quadro 1**) como recurso ilustrativo, o periódico que mais lançou mão deste expediente foi o *Diário de Notícias*. O jornal, que, à época, se autointitulava “a maior tiragem e expansão de todos os jornais portugueses”, publicou, exatamente, 15 fotografias relativas a Sanjurjo. *A Voz* e o *Novidades* aparecem em seguida, ambos com o mesmo montante de imagens: seis cada um. Por ter divulgado cinco, a terceira posição ficou com o *Diário da Manhã*. O único que não publicou nenhuma fotografia foi o *República* - apesar de, em uma das suas reportagens, ter usado uma gravura do marquês de Riff.

QUADRO 1: Uso de fotografias



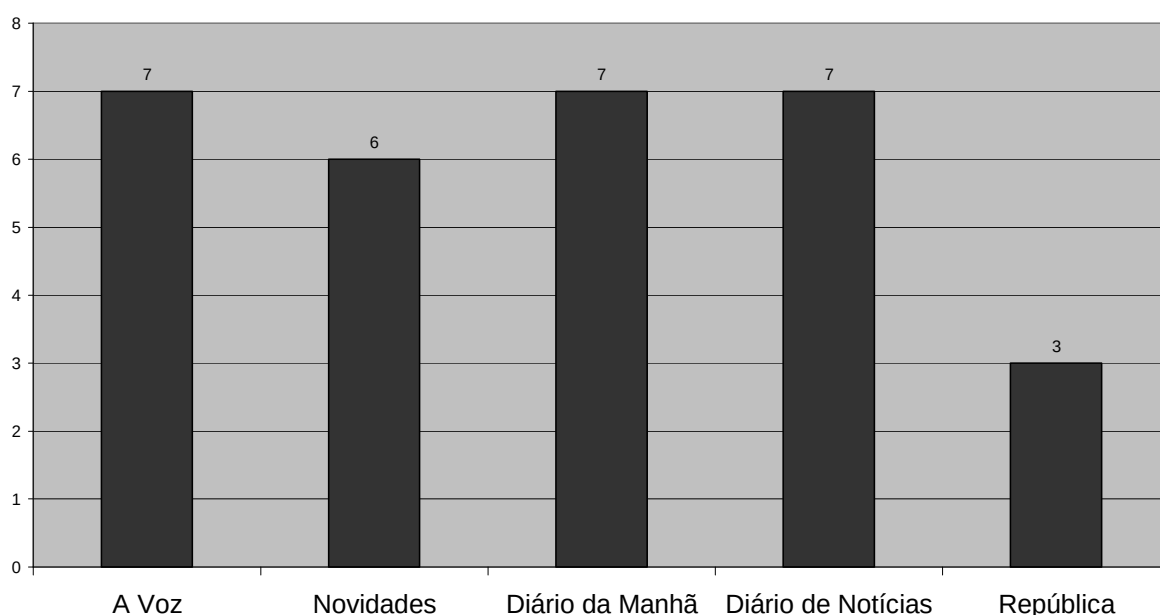
Quanto ao número de referências textuais na primeira página (**Quadro 2**), ou seja, à quantidade de matérias de capa ou notas relativas, direta ou indiretamente, ao desastre aéreo e suas suítes jornalísticas, a composição mantém-se quase a mesma. O *Diário de Notícias* refere-se a Sanjurjo em quatro capas, ao passo que, empatados na segunda posição, *A Voz* e o *Diário da Manhã*, em três. Logo atrás, aparece o *Novidades*, com duas referências. O *República*, por seu turno, não fez qualquer menção aos acontecimentos envolvendo o general espanhol – ao menos, na primeira página.

QUADRO 2: Primeira página



Já no que concerne ao montante geral de matérias (**Quadro 3**) e de referências ao acontecimento principal e aos eventos posteriores, independentemente do tamanho dos textos, das páginas em que se encontram e das suas disposições espaciais, a cobertura jornalística, ao contrário das comparações supramencionadas, é muito mais equilibrada - à exceção, uma vez mais, do *República*. O jornal fundado por António José de Almeida, em 15 de janeiro de 1911, publicou apenas três menções, enquanto *A Voz*, o *Diário de Notícias* e o *Diário da Manhã*, sete cada um, e o *Novidades*, seis.

QUADRO 3: Montante de matérias



É importante salientar que, não obstante as diferenças de carácter quantitativo, nenhum dos periódicos pesquisados, nem mesmo o *Diário de Notícias* – dos cinco, o que levou a cabo a cobertura mais extensa e pormenorizada, como teremos a oportunidade de ver mais adiante –, publicou a morte do general Sanjurjo como manchete principal. Até porque, não custa sublinhar, àquela altura, outros eventos de maior importância jornalística ocorriam concomitantemente, a exemplo da própria Guerra Civil de Espanha e dos preparativos para os Jogos Olímpicos de Berlim, na Alemanha, realizados entre 01 e 16 de agosto - cuja cobertura consistiu em uma das primeiras grandes transmissões televisuais da história dos «media», refira-se de passagem.

4.2. Análise discursiva

Em Portugal, apenas o *República* procurava defender, e quase sempre mal e nas condições da censura prévia, o regime espanhol; a esmagadora maioria da imprensa procurava denegrir de forma sistemática, embora com gradações, os caminhos que tomavam a evolução política espanhola. (Oliveira, 1987, p. 119)

Assim é fácil entender por que o *República* dedicou exígua atenção aos eventos que se desenrolaram em Estoril entre os dias 20 e 22 de julho de 1936. Ao jornal, que, em parceria com o *Diário de Lisboa*, promoveu histórica oposição à ditadura salazarista, não interessava, pois, alçar o marquês de Riff, o conquistador de Alhucemas, ao patamar de herói, tal como os demais periódicos em análise fizeram. Afinal de contas, José Sanjurjo não só representava os revoltosos espanhóis como também era, de fato, a personificação da direita espanhola na luta para destituir a Frente Popular do poder.

A partir, por exemplo, dos títulos, que ocupam um lugar central na notícia, cumprindo a função de atrair o leitor, informando-o e orientando-o sobre o fato noticiado, e dos subtítulos das reportagens já é possível verificar uma clara distinção entre os discursos do *República* e das demais publicações. Na matéria do dia 21, em que, sobre a imprensa portuguesa, indistintamente, recaiu a tarefa de cobrir a tragédia que teve lugar no campo de corridas abandonado de Cascais, o *República*, ao contrário de apelar para o lado dramático do desastre, procurou, desde o princípio, chamar a atenção para o motivo do acidente: “As prováveis causas da queda do avião em que encontrou a morte o ex-general Sanjurjo”, diz o título da matéria de capa, cujo subtítulo alude a uma segunda discussão, a saber: “Por que foi aterrar no Campo da Marinha o aparelho pilotado pelo Aviador Ansaldo”.

No mesmo dia, o *Novidades* estampava, no pé central da primeira página, uma manchete bem mais inclinada ao sensacionalismo, que, consoante Bicudo (apud Lustosa, 1996), “apela às emoções primitivas por meio de apresentação de fatos que têm características incomuns, [...] que são ao mesmo tempo desejados, temidos e repelidos” (p. 32): “Ao subir num avião que o levaria a Espanha, morreu o general Sanjurjo horrorosamente carbonizado”. E nesta esteira discursiva, seguiram os outros jornais, em especial o *Diário da Manhã*. O seu título, dada a sua extensão, corresponde a praticamente um «lead»:

Um trágico desastre de aviação ocorrido no Campo da Marinha, em Cascais, roubou a vida ao general Don José Sanjurjo, que se dirigia para Espanha numa avioneta tripulada pelo capitão-aviador Don Juan Ansaldo – O general Sanjurjo ficou horivelmente carbonizado e Ansaldo ligeiramente ferido. (*Diário da Manhã*, 21 de julho de 1936, p. 01)

Os antetítulos ou sobre-títulos – também chamados de «chapéu», no Brasil –, cuja função é antecipar o conteúdo dos fatos a serem reportados, oferecem, igualmente, boas pistas acerca dessas diferenças de tratamento. O *Diário da Manhã*, a que acabamos de nos referir, curiosamente não trouxe um antetítulo, mas o do *Novidades*, “Na hora trágica”, e o do *A Voz*, “Horrível tragédia”, originalmente publicados em «caixa alta», sintetizam e revelam o propósito dos dois jornais de estabelecer um contrato de comunicação com o seu público por meio da estratégia de captação, que se resume em seduzir o leitor, utilizando um discurso caracterizado pela semelhança com o ficcional, pelos efeitos de dramatização (Charaudeau, 1996).

Ainda sobre os enunciados acima descritos, podemos dizer que se referem a uma das três funções básicas que o emissor, ao produzir um texto, emprega utilmente: a função de sedução, realizada mediante operações de modalização expressiva. No caso do antetítulo do *A Voz*, por exemplo, o adjetivo “horrível” marca uma reação afetiva do segundo léxico, “tragédia”, que, por seu lado, reforça a avaliação negativa que incide sobre o acidente. Portanto, a sedução, conforme explica Pinto (1999, p. 64), “consiste em marcar as pessoas, coisas e acontecimentos referidos com valores positivos ou eufóricos e negativos ou disfóricos, e/ou ainda em demonstrar uma reação afetiva favorável ou desfavorável a eles”.

Servindo-se de signos menos apelativos e apostando num sobre-título que predissesse a trajetória militar de José Sanjurjo, o *Diário de Notícias*, por sua vez, sopesou a matéria: “Um grande soldado que desaparece”. No polo oposto, o *República*, novamente, decidiu-se por uma postura imparcial, adotando outra estratégia, a da credibilidade, segundo a qual a autenticidade da notícia está acima de qualquer preço: “Os acontecimentos em Estoril - O desastre de ontem”.

Porém, as diferenças discursivas mais gritantes, ainda tendo por base o dia 21, são as que respeitam ao «lead», que corresponde, preferencialmente, à primeira parte de uma notícia. Enquanto o *República* trata da questão com objetividade, na acepção jornalística do termo, destacando, como já expusemos nos parágrafos anteriores, as causas do acidente, o *Novidades*, o *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias* abordam, “embora com gradações”, o acontecimento sob o filtro ideológico da censura prévia, realçando, assim, o verniz heroico do general.

Eis, a título de ilustração, o «lead» da matéria do *Novidades*, que, apesar de muito bem escrito, frise-se, seria hoje uma sucessão de ofensas a princípios jornalísticos, como o rigor ético, a objetividade e a imparcialidade, entre outros:

Sanjurjo, o valoroso soldado da Espanha gloriosa, cujo assomo de comandante intrépido parecia que na hora do perigo transfigurava o seu corpo roliço e baixo, morreu ontem num trágico desastre de avião. A sua figura hirta e garbosa, que o fragor das batalhas respeitara, amarfanhou-a a morte entre labaredas de uma aeronave incendiada. O grande fim do grande militar!

O enunciado acima é mais um exemplo da estratégia de capturar, por meio de «efeitos de sentido», a aprovação do público, dos receptores, pelo lado emocional. Através da comparação entre descrições opostas, como “corpo roliço e baixo” e “figura hirta e garbosa”, o enunciador constrói a imagem do general positivamente, insinuando para a sua audiência, os seus leitores, que a morte resultante do “trágico desastre de avião” deve ser lamentada.

Para além dessa análise, o enunciado anterior é, a bem da verdade, um retrato fidedigno de algumas das características de estilo que se perderam na tradição jornalística. Citemos o floreio de linguagem e o uso abundante de adjetivos, bem como o «nariz de cera» envolvente, que, neste caso, é expresso pelo aposto “o valoroso soldado da Espanha gloriosa, cujo assomo de comandante intrépido parecia que na hora do perigo transfigurava o seu corpo roliço e baixo” e antecede a notícia em si: “morreu ontem num trágico desastre de avião”.

Dando seguimento à nossa investigação, o *A Voz*, que, de acordo com o seu «slogan», é “o diário de maior assinatura de Portugal”, estranhamente publicou na primeira página apenas uma nota, que compõe e encabeça a coluna *Notas à margem*. Não há sequer um título. Vejamos:

O facto culminante do dia é uma triste, fúnebre nota. O general Sanjurjo, que se tornara tão popular em Portugal, morreu subitamente, envolto numa coluna de fogo. Poucos minutos bastaram para que aquela vida, tão cheia de aventura e de bravura, se extinguísse. A tragédia ocorreu ante os olhos angustiados, espavoridos de sua esposa e ante a dôr dum pequeno grupo de amigos que assistiam a largada.

Em compensação, a nota tem seguimento na página dois, com uma matéria noticiosa e menos interessada num desfile de lisonjas ao marquês de Riff. Lisonjas essas, grife-se, levadas quase às raias do absurdo pela matéria de capa do *Diário da Manhã*:

De repente a catástrofe – o avião, que mal se erguera, tombava no solo, incendiava-se e todo aquele sonho, um lindo sonho de amor, um sonho entusiástico de esperança, se desfazia em fumo, fumo negro do fogo que abrasava o corpo dum herói. (21 de julho de 1936, p. 01)

A matéria, que começa com uma referência à chegada de Sanjurjo a Portugal, em 27 de abril de 1934, continua na página oito, ocupando quase todo o lado esquerdo:

Sanjurjo era um dos mais dilectos amigos dos portugueses – em Lisboa, mas sobretudo no Estoril, a sua figura tornou-se popular e, ao mesmo tempo, respeitada. Esta era para ele terra bem irmã da sua terra tão querida Espanha. Por isso, os portugueses sentidamente deploram a sua morte trágica em pleno sonho de glória!

Ainda acerca do dia 21, o *Diário de Notícias* foi, dos cinco órgãos de comunicação, o que apresentou a cobertura mais detalhada e, do ponto de vista jornalístico, mais profissional – mesmo que com alguns exageros e adjetivações descartáveis, haja vista que, apesar da sua propensão para a oposição ao regime, estava, tal como os demais periódicos, sob a mira da censura prévia do Estado Novo. A continuação da manchete sobre Sanjurjo, que começa no topo esquerdo da página quatro e ocupa praticamente toda a folha, é disso um exemplo:

O general era um combativo acostumado a defrontar o adversário, sem artimanhas nem temores. Era, além disso, um bem-intencionado, um simples e um espírito leal. Na política, arte que se desenvolve, tanta vez, em encruzilhadas, com adulterações da personalidade, não devia fazer tão brilhante carreira como nas armas. Ele próprio reconhecera, muita vez, que não era político [...].

Subdividida em 11 retrancas, a reportagem abrange desde a partida de Santa Cruz da avioneta pilotada por Juan Antonio Ansaldo até algumas notas biográficas sobre Sanjurjo, passando por detalhes sobre o período em que o «futuro caudillo» residiu em Portugal.

Nós, portugueses, tomamos uma parte importante no luto da Espanha, não só porque foi na nossa terra que Sanjurjo morreu, dando-nos a primeira e mais forte emoção do seu trágico fim, como por tudo que o fizera admirado e querido.

O uso de imagens também é um recurso bastante explorado na matéria. Ao todo, são cinco fotografias. Uma delas revela um general mais «humano», acompanhado da esposa e carregando o seu filho caçula, Pepito (ver **Figura**).



Figura: Instantes depois do «Baloeran» ter atracado em Alcântara, em 27 de abril de 1934

Aqui, aproveitamos para abrir um breve parêntesis e falar sobre enunciação e imagem, considerada como sendo um discurso. “Nas imagens encontramos intertextualidade, enunciadores e dialogismo, tal como nos textos verbais”, compara Pinto (1999, p. 33), para quem a análise de discursos não deve se esgotar na investigação imanente dos textos. De acordo com ele (1999), é comum encontrarmos nos meios de comunicação de massa, mormente nos impressos, posições enunciativas, como a caracterização de personalidades públicas, definindo-se através de técnicas de tratamento de imagens e diagramação. Na foto acima, o oficial espanhol é flagrado logo em seguida ao seu desembarque em Lisboa. Ao lado da família, o general posa para fotos. Sorridente, a sua esposa segura um buquê. Incomum para a recepção de um exilado político, a cena e o modo como ela é registrada retratam a clara intenção do enunciador de «humanizar» a figura de um homem envolvido diretamente em tantas guerras e conflitos armados. Mesmo que não haja uma interpelação através do olhar, estabelece-se uma evidente relação pragmática de proximidade e cumplicidade com o receptor. E essa relação, afirma Pinto (1999, p. 32), “tem papel primordial no estabelecimento ou reprodução das relações e identidades sociais pelos discursos”.

Retornando agora à cobertura diferenciada do *DN*, na do dia seguinte, 22 de julho de 1936, acuro similar é constatado. O *Diário de Notícias*, editado, à época, por Ariosto Saturnino, descreve em pormenores a missa de corpo presente celebrada na Igreja de Santo António do Estoril. Na página quatro, a reportagem continua com novas explicações para o acidente, desta vez do ponto de vista de Ansaldo; relatadas, porém, pelo marquês de

Quintanar, que o havia ouvido anteriormente. Nesta altura, o piloto já havia sido transferido do hospital de Cascais para uma clínica particular. O depoimento a seguir, corroborado pelo marquês e por outras pessoas que presenciaram o acidente, é importante porque prova que Sanjurjo havia morrido antes mesmo de ser tomado pelas chamas do incêndio, tendo em vista que “apresentava na cabeça uma ferida profunda, em cruz, que deve ter sido produzida por um ferro do aparelho no momento da queda e que lhe deu morte imediata” (*Diário de Notícias*, 22 de julho de 1936: 04):

Senti que o aparelho ia afocinhar, mas consegui manter a horizontalidade. A queda inevitável foi, assim, em plano, de ‘barriga’. Gritei ao general que saísse do aparelho. Não me respondeu. Tentei ajudá-lo, mas não se movia. Julguei que havia perdido os sentidos, como eu depois os perdi ante a tragédia e os baldados esforços que fiz para a evitar. Mas não, o general estava morto. Quando as chamas o envolveram já estava insensível.

A matéria é concluída com um «box» sobre “qual deveria ser a acção do general”: partir para Burgos, onde se encontraria com as colunas do norte, e, de lá, prosseguir até Madrid. “Depois seria o chefe do Directório Militar e, mais tarde, o Presidente da República” (*Diário de Notícias*, 22 de julho de 1936, p. 04). Mencione-se de passagem que o *Diário de Notícias* foi o único jornal a importar-se com este ângulo da notícia, ou seja, a preocupar-se em elucidar o propósito da viagem e as consequências dela para o desenrolar da Guerra Civil de Espanha.

Já na edição do dia 22 dos demais periódicos, a cobertura dedicada ao evento foi menos «generosa». O *Diário da Manhã* e o *Novidades* publicaram, nas suas respectivas contracapas, matérias muito mais concisas do que as do dia anterior. A *Voz*, não obstante ter trazido a notícia logo na capa, também registrou a missa de corpo presente de modo parcimonioso, além de não ter divulgado nenhuma fotografia. De todos, o mais sucinto foi o *República*. Por ser um diário de circulação vespertina, a nota, de apenas três parágrafos, já não se refere nem mais à missa, e sim ao funeral, realizado na tarde do dia 22, no Cemitério da Guia, em Cascais. O jornal, a propósito, na sua edição do dia seguinte, já não publicaria, absolutamente, mais nada em relação a Sanjurjo.

A cobertura do dia 23, entretanto, volta a carregar na tinta da dramaticidade. A manchete do *Diário de Notícias*, por exemplo, já prenuncia o tom da reportagem: “O enterro do general Dom José Sanjurjo foi extraordinária manifestação de pesar, a que muitíssimos espanhóis e muitos portugueses de categoria se associaram num preito de grande e saudosa homenagem a essa figura insigne do Exército Espanhol”. De modo geral, a matéria é uma

longa descrição – repleta de lisonjas ao general – da organização e da marcha do cortejo. Ela continua no topo direito da página dois, ocupando quase todo o espaço das duas colunas à direita, sob o título de “O funeral do general Sanjurjo”. No trecho seguinte, destaca-se a popularidade do «caudillo» espanhol em Portugal, designadamente no Estoril:

[...] o povo da região tinha por ele uma simpatia franca. Apontaram-lho, quando ali se albergou, se refugiou, depois de tredas agruras por sua terra - a prisão, uma condenação à morte, a comutação da pena pelo encerro numa penitenciária, longas amarguras de cárcere, horas infelizes... Disseram-lho (e com verdade) soldado valentíssimo, aureolado por glórias de cem combates, servidor acérrimo das honras e brios da Espanha. E supôs que o Herói nunca lhe seria familiar e viveria inacessível aos seus carinhos de natural hospitalidade. E começou depois a ver, dia a dia, que se enganava nesses primeiros conceitos. O general Sanjurjo era afável, lhano de trato, despretensioso... E dentro em pouco, era uma figura popular da Costa do Sol. E a gente dos Estoris estimava-o a valer. Por isso, o chorou e o acompanhou, compungidamente, ao cemitério.

Depois, o periódico lança alguns confetes para os emigrados políticos de Espanha:

[...] os espanhóis ilustres e da jerarquia do general Sanjurjo não simbolizam em Portugal partidos ou correntes ideológicas quaisquer. Simbolizam a Espanha, que é digna sempre das nossas homenagens. E a de ontem prestou-se a um filho insigne de Espanha, que tem o seu nome inscrito em letras de ouro na história militar do seu país.

O *Diário da Manhã*, na contracapa, também dispensa um amplo espaço para o funeral, embora metade da matéria seja um registro das autoridades e outras pessoas ilustres presentes. Por outro lado, o *Novidades* e o *A Voz* registram o evento tanto na capa quanto nas páginas internas. Consoante o «lead» do *A Voz*, a propósito, “o funeral do glorioso general espanhol Dom José Sanjurjo teve grande imponência e concorrência”. E continua: “Encorporaram-se muitos portugueses e quase todos os emigrados espanhóis, senhoras de suas famílias e outras senhoras da nossa melhor sociedade”.

O jornal, sublinhe-se, foi o único que publicou, quatro dias depois da edição de 23 de julho, nova referência a Sanjurjo. Trata-se de uma carta, já mencionada no início deste capítulo, assinada por Francisco Pereira de Sequeira, acerca da impressão da população do Porto em relação ao falecimento do marquês de Riff. A título de curiosidade, vejamos um excerto:

Como católicos que nos prezamos de ser, devemos rezar pela sua alma nobilíssima – e, como soldados portugueses cujo uniforme tivemos a honra de envergar, devemos saudar na pessoa de seus filhos, a esta hora batendo-se pelo seu ideal, essa formidável figura de sexagenário, esse general com alma de subalterno que morreu a pensar na sua pátria e cujas derradeiras palavras foram de saudação a Portugal.

4.2.1. *Triste sina*

Dona Maria Prieto Sanjurjo, testemunha ocular da tragédia que aconteceu no hipódromo abandonado de Cascais, não imaginava que, após o infortúnio de perder o seu esposo, teria de, uma vez mais, lamentar a morte de um ente querido. Apenas uma semana depois dos jornais portugueses noticiarem o funeral do conquistador de Alhucemas, o falecimento do capitão Justo Sanjurjo, primogênito do casal, chegava ao conhecimento dela e do povo português por meio de uma nota. O *Diário de Notícias* e o *Novidades* publicaram o mesmo texto, encaminhado pela *United Press*, embora na primeira e na última página, respectivamente:

MADRID, 29. – Oficialmente se anuncia que o capitão Justo Sanjurjo, filho do general do mesmo nome, que há dias morreu num desastre em Lisboa, e que se encontrava com alguns amigos nas termas de Corconte, Santander, se sublevou na companhia daqueles. As milícias populares, ao terem conhecimento do facto, ameaçaram incendiar o balneário e atacaram os sublevados, travando com eles uma rija luta. O capitão Sanjurjo ficou tão gravemente ferido que faleceu dois dias depois – (*United Press*).

A *Voz*, por sua vez, não economizou nos adjetivos. De acordo com a nota, perdida entre o emaranhado de notícias da contracapa da edição do dia 30, tratou-se de um “bárbaro assassinio”, em que “as milícias marxistas atacaram ferozmente o capitão Sanjurjo e os amigos que o acompanharam na revolta”. “O capitão”, conclui o periódico, “ficou gravemente ferido e dois dias depois era vilmente assassinado!”.

Contudo, no tocante a este acontecimento, em particular, as coberturas mais díspares entre si ficaram por conta do *Diário da Manhã* e do *República*, que optou por uma abordagem mais serena dos fatos, como pode-se verificar, de imediato, pelo título da nota, publicada na edição do dia 31: “Uma versão sobre a morte do capitão Sanjurjo”. Reprodução de uma notícia originalmente publicada pelo jornal espanhol *Claridad*, essa nota, de um único parágrafo, que nem sequer menciona a relação de parentesco entre o capitão e o seu pai,

falecido onze dias antes, insinua que a morte de Justo Sanjurjo teria sido culpa dele mesmo, em lugar de uma ação feroz por parte das milícias populares:

Sanjurjo foi posto ao volante do seu próprio automóvel e intimidado a seguir escoltado para Reinos, próximo de Corconte. No percurso, dois guardas civis fizeram sinal para o carro parar, mas o chefe dos guardas municipais de Reinos, que estava sentado ao lado de Sanjurjo, deu-lhe ordem para não obedecer. O automóvel deu [...] uma volta brusca, sem dúvida propositadamente, e voltou-se, ficando Sanjurjo gravemente ferido.

Por seu turno, o *Diário da Manhã*, na sua edição do dia 30, não só replica, de certo modo, as versões do *Diário de Notícias*, *Novidades* e *A Voz* como também determina ao leitor a maneira «correta» de interpretar a informação. Nesse dispositivo de enunciação, há, entre o enunciador e o coenunciador, uma evidente relação pragmática de imposição e superioridade:

N. R. – Esta informação do Rádio Madrid, ao serviço dos comunistas, deve ser lida assim: - as milícias comunistas, sabendo da permanência do capitão Sanjurjo nas termas, assaltaram as mesmas Termas e feriram tão gravemente aquele oficial que morreu dois dias depois. Assim é que deve estar certo.

No dia seguinte, o filho de Dona Maria Prieto, viúva que ainda não se recuperara do impacto emocional causado pela trágica morte do marido, seria objeto de mais uma nota do *Diário da Manhã*, desta vez de retificação: “Rádio Club Português, ampliando a informação dada ontem pelo *Diário da Manhã*, sobre a morte do capitão Sanjurjo, elucidou que o mesmo capitão, dois dias depois de gravemente ferido pelos comunistas, foi assassinado por estes”.

4.3. Considerações finais

Mais do que representativa, a cobertura jornalística referente ao falecimento do capitão Justo Sanjurjo é extremamente esclarecedora das diferenças discursivas entre os cinco jornais em apreço. Enquanto, por exemplo, o *Diário de Notícias* e o *Novidades*, através de republicação de uma nota do espanhol *Claridad*, referem-se às milícias responsáveis pela morte do oficial como “populares”, *A Voz* classifica-as de “marxistas”, além de definir o acontecimento que teve lugar nas termas de Corconte, Santander, de “bárbaro assassinio”. Ora, enunciar que as milícias são “populares” ou “marxistas” não se constitui num ingênuo exercício de escrita em que o editor, redator ou repórter entretém-se na seleção do adjetivo mais apropriado. Em verdade, cada uma das duas descrições comporta consigo conjuntos

distintos de implicações lógico-semânticas, bem como de consequências ao nível do modo de interpretar, enquadrar e conceitualizar a questão. Isto é, cada palavra, discurso ou designação, além de diferentes implicações, como as descritas anteriormente, abre também perspectivas e expectativas de ação desiguais (Babo-Lança, 2006). Lembremo-nos: “toda fala é uma forma de ação” (Pinto, 1999, p. 18).

Porém, neste caso específico das notas sobre o falecimento do capitão Justo Sanjurjo, a principal discrepância ficou por conta das publicadas pelos jornais *República* e *Diário da Manhã*. Este, além de impor abertamente ao leitor a maneira exata de interpretar a notícia, denomina as milícias da Frente Popular de “comunistas”, na tentativa de aviltar a sua ação; e, como se não bastasse, afirma que as mesmas atacaram premeditadamente o capitão e os demais presentes, pois sabiam, de antemão, da permanência deles no local. O inverso, portanto, do que informa o *Claridad*. Ou seja: as milícias só agiram porque tiveram conhecimento de uma sublevação no balneário. O *República*, por seu turno, conta-nos uma versão diametralmente oposta a esta. Como já se escreveu aqui, o jornal transfere, de modo indutivo, das milícias populares para Justo Sanjurjo a culpa da sua própria morte, já que ela decorreu de uma desobediência do capitão à ordem dada pelo chefe dos guardas municipais de Reinoso, que estava sentado ao seu lado no automóvel.

Essas constatações, somadas às análises da cobertura dos dias anteriores, fornecem-nos um retrato cristalino da postura da imprensa escrita portuguesa da época relativa à pressão do Estado Novo por meio da censura prévia, entre outros mecanismos de coerção ideológica. Enquanto o *Diário da Manhã*, seguido dos jornais *A Voz* e *Novidades*, se alinhava, quase invariavelmente – ou até mesmo invariavelmente –, aos ditames da Ditadura Salazarista, o *Diário de Notícias* procurava equilibrar-se na corda bamba do sistema vigente, ora pendendo para os preceitos da deontologia profissional, ora para as exigências resultantes da relação entre os campos político e jornalístico (Bourdieu, 1997). E na ponta oposta, o *República* tentava, na medida do possível, manter-se como um jornal de oposição ao Estado Novo.

É do *República* que, a propósito, extraímos a resposta para uma das perguntas de base suscitadas no presente trabalho, qual seja: poderia o futuro «caudillo» ter sido vítima de assassinato? Não. Segundo o periódico, em matéria publicada em 21 de julho de 1936, o aviador Ansaldo, ainda sob efeito de algum delírio pós-traumático, chegou a atribuir o acidente a um possível ato de sabotagem; a ideia, porém, foi logo posta de parte.

O motor do aparelho funcionava bem desde Santa Cruz a Alverca e da pista internacional ao campo da Marinha, em Cascais. Aqui, em volta do ‘Puss Moth’, que se demorou rápidos minutos apenas estiveram pessoas de inteira confiança do aviador, gente amiga do general que ia apresentar as suas despedidas. Para haver sabotagem deveria ter sido praticada por qualquer daquelas pessoas. E isso seria admitir o absurdo.

Assim, diante de tais informações, pensamos ser plausível descartar definitivamente qualquer hipótese de tentativa de sabotagem, quanto mais uma que tivesse sido, como se supôs aqui, planeada por Franco, ou por anarquistas, ou, então, por uma ação conspiratória dos partidos integrantes da Frente Popular espanhola, hostis ao Estado Novo. Em síntese, se existe um culpado pela morte do «caudillo», esse deve ser, sem dúvida alguma, a Lei da Imprevisibilidade.

4.3.1. *Configuração mediática*

Ainda a respeito da queda da aeronave, é mister dizer que, por se impor “em razão do seu impacto na experiência pública e do seu valor simbólico e moral” (Babo-Lança, 2009: 12), se constitui, decerto, num «acontecimento noticioso», o qual se enquadra em critérios jornalísticos, tais como os «valores-notícia». Ademais, dado o tratamento dramático dispensado, de modo geral, pela imprensa escrita de então ao acidente – bem como à reconstituição biográfica do general, alçado, em alguns momentos, ao panteão dos grandes heróis de guerra – e à própria natureza trágica do mesmo, a morte de José Sanjurjo deve, igualmente, ser enquadrada nos «acontecimentos cênicos», devido ao seu patente e incontestável valor dramatológico.

“Trata-se”, esclarece Isabel Babo-Lança (2009, p. 13), “de acontecimentos com poder de dramatização cênica e de focalização da atenção pública, por via de uma visibilidade que pode jogar-se numa sobreexposição das vítimas”. A título ilustrativo, vejamos novamente um trecho do «lead» da matéria do *Novidades* de 21 de julho: “Sanjurjo, o valoroso soldado da Espanha gloriosa, cujo assomo de comandante intrépido parecia que na hora do perigo transfigurava o seu corpo roliço e baixo, morreu ontem num trágico desastre de avião”.

Nesta esteira de raciocínio, seria correto afirmar também que, além de «noticioso», o desastre em exame se trata de um «acontecimento mediático»? Tendo em conta um breve resumo enunciado por Mário Mesquita (2003) relativamente às diversas formas de classificação dos acontecimentos, segundo o qual um acontecimento é considerado mediático

quando suscita, entre outros fatores, “uma excepcional atenção dos media”, poderíamos, a princípio, afirmar que sim. De acordo com o jornalista, professor e pesquisador português, “a diferença entre os dois tipos [...] residiria, assim, apenas numa questão de grau, isto é, o acontecimento mediático seria um acontecimento jornalístico hipermediatizado” (2003, p. 29).

Entretanto, essa questão, digamos, taxonômica, que, à primeira vista, pode parecer simples, desnuda-se, em realidade – explica-nos o próprio Mesquita –, deveras complexa, suscitando inúmeras outras, de natureza lexical e sintática, por exemplo. Isso porque não há um consenso entre os estudiosos da área no que respeita ao conceito de «Media Events». Para Pierre Nora, “que entende por acontecimentos mediáticos certos vulcões da actualidade trabalhados pelos media” – como faz notar Mário Mesquita (2003, p. 360) –, o conceito abrange um leque mais amplo de acontecimentos, incluindo todos aqueles aos quais os «mass media» dedicam uma atenção especial, notadamente os que carregam consigo uma ideia de negatividade, isto é, de ruptura com o transcorrer ordinário dos eventos – «acontecimentos disruptivos».

O oposto, portanto, do entendimento de Dayan e Katz. Ou seja: na ótica deles, os «acontecimentos mediáticos», sobretudo os «cerimoniais», ao contrário de uma perturbação da tradição, de uma fratura da harmonia comunitária, representam, em verdade, uma “restauração do consenso social”, conforme o que sublinha Mesquita (2003, p. 30). Por seu turno, James Carey polemiza ainda mais quando acrescenta à tipologia os «acontecimentos de excomunhão», que “correspondem, de certa maneira, a uma excomunhão cívica e mediática”. Além disso, “são portadores de violência e, longe de estimularem consensos, apresentam-se como factores de reforço dos conflitos existentes na sociedade” (Mesquita, 2003, p. 32).

Assim, regressando à pergunta inicial, que, a propósito, suscitou toda esta discussão, entendemos que a morte do general Sanjurjo, por pertencer ao campo das notícias – que introduz rupturas através da surpresa e da desordem –, não se constitui, obviamente, num «acontecimento mediático», muito menos «cerimonial», ao menos na perspectiva da teoria dos «Media Events», a qual utilizamos aqui como referencial, norte teórico.

Contudo, com a cobertura dos eventos subsequentes – as duas missas e o funeral – observamos uma hipermediatização do acontecimento inicial, dito «genuíno», porquanto “mesmo no caso dos acontecimentos imprevistos e imprevisíveis, [...] passada uma primeira fase de desorientação, o teatro do poder rapidamente se instala de forma a assegurar o controlo estratégico da narrativa mediática” (Mesquita, 2003, p. 33). A manchete do *Diário de*

Notícias publicada no dia 23, a propósito, é disso um exemplo. Mais ainda: é um exemplo da reverência e cerimônia com que são tratados os «acontecimentos mediáticos», em especial os «cerimoniais». “O enterro do general Dom José Sanjurjo foi extraordinária manifestação de pesar, a que muitíssimos espanhóis e muitos portugueses de categoria se associaram num preito de grande e saudosa homenagem a essa figura insigne do Exército Espanhol” (23 de julho de 1936, p. 01).

De acordo com Dayan e Katz (1999, p. 23), os jornalistas que reportam estes tipos de acontecimentos “suspendem a sua perspectiva crítica normal e tratam o tema com respeito, e até com veneração”. Dessa forma, tanto o funeral como as missas celebradas na Igreja de Santo António do Estoril enquadram-se na classificação de «acontecimento cerimonial», na medida em que, entre outras razões, constituem, se não rituais na acepção cirúrgica do termo, “ao menos «momentos de ritualidade» – conceito sugerido por Marc Augé – que permitem contrabalançar, ou pelo menos compensar, os «acontecimentos-ruptura», potencialmente desagregadores do equilíbrio social” (2003, p. 31). Dentro dessa tipologia, parece-nos também plausível encaixá-los na subcategoria «Coroações», já que representam ritos de passagem «póstumos» e, como tal, são momentos especiais de celebração da legitimidade tradicional, em contraste com as «Conquistas» e as «Competições», que apelam à legitimidade carismática e à racional-legal, respectivamente.

Cabe salientar, todavia, que não podemos jamais classificá-los, consequentemente, como «cerimônias televisivas» – ou «espetáculos culturais»⁴¹ –, as quais estão intrinsecamente sujeitas à lógica de produção dos «media» eletrônicos, mormente à estética televisiva, e são recebidas pela audiência “como um convite – ou mesmo uma ordem – para pararem a rotina diária e partilharem uma experiência festiva” (Dayan e Katz, 1999). Isso porque, ao direcionarmos a investigação empírica do corrente trabalho em torno de um «corpus» exclusivamente impresso, prescindimos, por conseguinte, da pesquisa relativa às coberturas jornalísticas radiofônica e televisiva, imprescindíveis, pois, à observação supramencionada. Acrescendo ainda que, de qualquer sorte, seria demasiado difícil – para não dizer impossível – conduzir uma pesquisa neste sentido, haja vista não só a incipiência do rádio no Portugal de então como também a ausência da TV, que só chegaria ao país em 1957,

⁴¹ Não obstante, os acontecimentos em causa apresentam claramente três das seis condições que caracterizam uma emissão como «acontecimento mediático», a saber: enquadramento concreto no espaço e no tempo; centralização numa personagem (general Sanjurjo); e, por fim, o fato de não serem iniciados pelos «media». O que significa que, de acordo com o entendimento da professora Carla Cardoso (2010, p. 91), teriam lugar “mesmo que a cobertura mediática não fosse assegurada”, visto que a missa e o funeral possuem “valor intrínseco”.

com as emissões do canal estatal, a Rádio e Televisão de Portugal – RTP. Em contrapartida, podemos dizer que, sendo «cerimoniais», as missas e o funeral partilham com os «acontecimentos programados» – ou «telecerimônias» em direto – a sua dependência à função dos «media» de pôr o acontecimento sob o foco da atenção pública, numa espécie de «agenda-setting».

Por último, convém tecer, em tom reflexivo, mais algumas considerações, desta vez relacionadas ao contexto histórico. A nosso ver, o acidente aéreo e as ocorrências dele derivadas não devem ser encarados como «acontecimentos-problema», visto que os seus efeitos, um deles os rumos que a sublevação em Espanha tomaria a partir da perda do provável novo «caudillo», foram, se não omitidos, ao menos tratados de modo superficial pela imprensa escrita portuguesa. Afinal, como já tivemos a oportunidade de tratar aqui, não interessava ao regime de Salazar que a publicitação da morte do general Sanjurjo e dos acontecimentos posteriores desencadeasse uma tematização⁴², mobilizando de forma demasiada a atenção pública – embora a ruptura do quadro da normalidade social fosse, em certa medida, inevitável, dado o carácter inesperado, imprevisível, do acontecimento principal em análise.

A postura, pois, de desviar da discussão sobre os efeitos e consequências – que, mais do que as causas, intenções e razões, são de especial pertinência para a compreensão e construção do significado dos acontecimentos – explica-nos, em grande parte, a interrupção da cobertura jornalística do tema já a partir do dia 24 praticamente. O que também esclarece, cumpre assinalar, as tímidas referências feitas ao general – ou ao desastre aéreo que o privou da vida – aquando do noticiamento do atentado envolvendo Justo Sanjurjo. À exceção do *República*, que nem mesmo mencionou o conquistador de Alhucemas, apesar de ter publicado uma nota, em que dá a conhecer aos leitores o ocorrido ao capitão, primogênito de Sanjurjo e de Dona Maria Prieto.

Em compensação, no nosso ponto de vista, uma imprensa mais autônoma teria dado, através de «suítes» jornalísticas⁴³, continuidade aos trabalhos, acompanhando, por exemplo, as repercussões em Espanha do acidente e, designadamente, em Portugal, já que houve uma comoção da comunidade, em especial da lisboeta, em relação ao falecimento do marquês de

⁴² Wolf (1992, p. 44) define tematização como “um procedimento que se insere na hipótese do «agenda-setting», dela representando uma modalidade particular: tematizar um problema significa, de facto, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe relevo adequado, salientar a sua centralidade e o seu significado em relação ao fluxo da informação não-tematizada”.

⁴³ «Suítes» são “continuações ou desdobramentos de eventos da véspera” (Lage, 2005, p. 140). Por exemplo: “se um prédio desabou, a apuração das causas ou responsáveis pelo dasabamento”.

Riff. Esse aspecto, inclusive, é facilmente ratificado pela descrição do considerável montante de populares que estiveram presentes ao velório, às missas e ao funeral, bem como pela carta, já mencionada aqui, escrita por um leitor do *A Voz*, a qual relata o enternecimento da população da Cidade do Porto ante a tragédia de Cascais.

CONCLUSÃO

A despeito de não terem dedicado uma cobertura totalmente parcial, tendo em conta a linha editorial adotada pelo *República*, a hipótese de que as cinco publicações noticiariam o acontecimento principal e os seus desdobramentos de maneira heterogênea confirmou-se. E o *Diário de Notícias*, não obstante ter evitado dar maiores trabalhos aos censores da época, é, do quinteto de periódicos, o que ofereceu aos leitores as informações mais detalhadas – embora não tão objetivas, na acepção jornalística, quanto as publicadas pelo *República*. Este, por sinal, esteve, a todo o momento, preocupado, como o bom jornalismo⁴⁴ preconiza, em discutir as causas e, se possível, os efeitos do acontecimento público. Principalmente de um acontecimento como o que serve de objeto de estudo da corrente investigação acadêmica, o qual teve uma importância histórica, se não mundial, ao menos no âmbito ibérico⁴⁵.

Também se confirmou, consequentemente, a suposição de que a imprensa, opositora ou não do regime, seria incapaz de desrespeitar o seu código deontológico, obedecendo, assim, ao dever de informar, mesmo que, eventualmente, mal e de forma tendenciosa. Por outras palavras, não houve uma tentativa de confundir a atenção da opinião pública ou, então, de reconfigurar, negativamente, a importância histórica do general e, por conseguinte, do próprio acontecimento. A prova disso assenta nos inúmeros elogios tecidos a Sanjurjo ao longo das diversas reportagens relativas ao seu falecimento e aos eventos que o sucederam – exceto, não custa lembrar, as constantes da cobertura do *República*, que tratou de modo menos «mitológico», digamos assim, o oficial espanhol.

Já no tocante à discussão acerca da configuração mediática e da repercussão jornalística portuguesa pouco prolongada, a cobertura dos dias 21, 22 e 23 é, no nosso entender, suficiente para concluirmos que, consoante o exposto ao longo deste percurso analítico, as missas e o funeral aproximam-se dos «acontecimentos cerimoniais» devido às suas características, entre elas, a celebração da ordem e a recuperação do equilíbrio social. Por seu turno, o acontecimento principal, o acidente aéreo que teve lugar em Cascais, trata-se, decerto, de um «acontecimento noticioso», tendo em vista que, além de celebrar o conflito,

⁴⁴ Entendido aqui como o que descende da corrente anglo-americana, baseada em preceitos básicos da informação, entre os quais, clareza, concisão e simplicidade, bem como, portanto, na «pirâmide invertida», cujo «lead» obedece à regra dos cinco W's e um H, de Roy W. Howard – em português: o quê, quem, onde, quando, por quê e como.

⁴⁵ Inegavelmente, a morte do general Sanjurjo alterou os rumos das sublevações «nacionalistas» em Espanha, que apontavam, na avaliação dos insurretos, para um desfecho rápido e triunfante.

não foi pré-planeado nem anunciado com antecedência. Ele pertence, de fato, como já dissemos, ao campo das notícias, para o qual, não raro, «bad news is good news».

Referindo-se agora às principais pistas e contribuições legadas pela nossa dissertação, importa ressaltar que, apesar de existir um número razoável de pesquisas na área de Comunicação sobre o jornalismo em Portugal, a exemplo das que são levadas a cabo pelo jornalista e professor da Universidade da Beira Interior, João Canavilhas, raros ou até mesmo nulos são os trabalhos que têm por objeto de estudo a imprensa lusitana da década de 1930. Por isso, acreditamos que investigações aprofundadas sobre o tema, qual a presente, oferecem não só aos comunicólogos como também aos pesquisadores de áreas afins um conjunto profícuo de informações, que poderá servir de base para análises comparativas entre a construção discursiva jornalística de «ontem» e a de «hoje», bem como para uma compreensão menos panorâmica da história do jornalismo português. Além disso, esta dissertação contribuiu, embora de forma bastante modesta e indireta, para um entendimento cada vez maior da política externa do Portugal do Estado Novo durante os anos 30 e 40, que, segundo César de Oliveira (1987), se pautou sempre “por um alinhamento das suas posições com as da Inglaterra” (p. 123). Um alinhamento, no entanto, que preservasse “a tomada de posições próprias e, sobretudo, [...] a estabilidade do regime” (p. 123).

E, percorrendo o mesmo raciocínio do que se disse na introdução deste trabalho – a despeito de que, agora, em ordem inversa –, é relevante sublinhar também que entender a política externa portuguesa da década de 1930 é entender, de certa maneira, a Guerra Civil de Espanha, ponto de partida para compreender a II Grande Guerra e, por conseguinte, a história do século XX. Ou, como bem definiu um dos maiores historiadores contemporâneos, o egípcio Eric J. Hobsbawm, do “breve século XX”: a “Era dos Extremos”.

À medida que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fonte: a imprensa diária ou periódica e os relatórios econômicos periódicos e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras publicações de governos nacionais e instituições internacionais. [...] Nenhuma história das mudanças sociais e econômicas ocorridas neste século poderia ser escrita sem essas fontes. (Hobsbawm, 2009, p. 09)

Não nos esqueçamos, por fim, de que a presente dissertação de mestrado serviu ainda ao propósito de recontar a história de um general que, aos 64 anos de idade, no auge da sua carreira militar, teve o sonho de comandar a nação espanhola destruído por um dos sete pecados capitais: a vaidade. Afinal de contas, não fosse a sua teimosia em ignorar a sugestão do aviador Ansaldo para trocar de aeronave, já que a «Puss Moth» não comportava cargas

demasiado pesadas, José Sanjurjo y Sacanell teria cumprido o seu destino “de valoroso soldado da Espanha gloriosa”, pospondo, dessa maneira, “o grande fim do grande militar”. E os pesquisadores, escrito, portanto, outra história, na qual o título de «caudillo», provavelmente, não pertenceria a Francisco Franco.

Mas qual teria sido o futuro da Espanha sem Franco no poder? Teria o país apresentado uma participação menos isolada na Segunda Guerra Mundial, conforme imaginou Turtledove? E Sanjurjo, na chefia de Estado, teria se empenhado para estreitar não só os laços políticos mas também os afetivos entre os dois países vizinhos, uma vez que fora tão bem recebido pela população portuguesa? Com efeito, essas são interrogações para as quais pesquisa nenhuma encontrará respostas; porque, e não há dúvidas quanto a isto, o terreno das especulações é assaz movediço e, por vezes, tão ou mais traiçoeiro do que o do Campo da Marinha, em Cascais.

BIBLIOGRAFIA

- Babo-Lança, Isabel (2006). *A configuração dos acontecimentos públicos. O caso República e as manifestações nos Açores em 1975*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra (coleção Minerva Ciências da Comunicação) (351 páginas).
- (2009). A reprodutibilidade do acontecimento. Os casos "Por que não te calas?" e "Dá-me o telemóvel, já". *Trajectos*, 14. Lisboa: ISCTE (pp. 7-19).
- (2011). Introdução. *Revista Caleidoscópio* 11, Revista de Comunicação e Cultura, Edições Universitárias Lusófona (pp. 5-8).
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Celta Editores (pp. 79-96).
- Burns, E. M.; Lerner, R. E.; & Meacham, S. (1995). *História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais* (36ª ed.) (D. M. Donaldson, Trad.). São Paulo: Globo.
- Cardoso, C. R. (2010). Quando os Media Trabalham o Consenso. Em *Leitura (Im)possível de uma Visita – Significados e o não-visível na visita de Bento XVI a Portugal* (Org. Joaquim Franco). *Revista de Ciência das Religiões – Coleção (Re)Pensar a Religião*, vol. V, Edições Universitárias Lusófonas (pp. 91-93).
- Chagnollaud, D. (1999). *Dicionário da vida política e social*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Charaudeau, P. (1996). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Charaudeau, P.; Maingueneau, D. (2004). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto.
- Dayan, D.; Katz, E. (1999). *A História em Directo – Os Acontecimentos Mediáticos na Televisão*. Coimbra: Minerva.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Foucault, M. (2008). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Habermas, J. (1984) *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- Hobsbawm, E. (2009). *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Katz, E. (1993). Os Acontecimentos Mediáticos: O Sentido de Ocasão. Em Nelson Traquina. *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (1ª ed.). Lisboa: Veja (pp. 52-60).
- Kovach, B.; Rosenstiel, T. (2004). *Os elementos do jornalismo* (2ª ed.) (W. Dupont, Trad.). São Paulo: Geração Editorial.
- Lage, N. (2005). *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Lustosa, E. (1996). *O texto da notícia*. Brasília: Ed. UnB.
- Machado, G. (2006). O Primeiro Dia Europeu de Portugal: A Televisão como Legitimadora de Decisões Políticas?. Porto: História – Revista da Faculdade de Letras, III Série, vol 7 (pp. 213-231).
- Mesquita, M. (2003). Celebração e Excomunhão nos Acontecimentos Mediáticos. Em *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra: MinervaCoimbra (pp. 29-40).
- (2003). Retóricas da Comunicação – Do Jornalismo às Telecerimónias. Em *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra: MinervaCoimbra (pp. 337-350).
- Neveu, É. (2005). *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora.
- Oliveira, C. (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O jornal (pp. 106-123).
- Pina, S. (2000). *A Deontologia dos Jornalistas Portugueses* (2ª ed.). Coimbra: Minerva (colecção Comunicação).
- Pinto, M. J. (1999). *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores.
- Preston, P. (2008). *La Guerra Civil Española* (2ª ed.). Barcelona: Debate (pp. 77-145).
- Rosas, F. (1990). Portugal e O Estado Novo (1930-1960). Em Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques. *Nova História de Portugal vol. XII*. Lisboa: Presença.
- (1994). O Estado Novo (1926-1974). Em José Mattoso. *História de Portugal vol VII*. Lisboa: Círculo de Leitores Estampa.

Squarisi, D.; Salvador, A. (2004). *A arte de escrever bem: um guia para jornalistas e profissionais do texto*. São Paulo: Contexto.

Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Veríssimo, H. Â. (2003). *Os jornalistas nos anos 30/40. Elite do Estado Novo*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra.

Wolf, M. (2009). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [DLPO]. <http://www.priberam.pt/dlpo//>. Acedido a 20 de janeiro de 2011, de DLPO, em www.priberam.pt/dlpo//.
- Distritos de Portugal. (2011). <http://www.distritosdeportugal.com/lisboa.htm>. Acedido a 25 de janeiro de 2011, de Distritos de Portugal, em www.distritosdeportugal.com/.
- Wikipédia. (2011). <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jabaculê>. Acedido a 05 de fevereiro de 2011, de Wikipédia, em pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Página_principal.
- Assembleia da República [AR]. (2011). <http://www.parlamento.pt/VisitaParlamento/>. Acedido a 06 de fevereiro de 2011, de AR, em www.parlamento.pt.
- Simkin, J. (2011). José Sanjurjo: Biography In www.spartacus.schoolnet.co.uk/. Acedido em 07 de fevereiro de 2011 em <http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/SPsanjurjo.htm>.
- D'Ornellas, C. (1952, 16 agosto). Crónicas de viagem: Por Espanha [versão eletrônica]. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 227. Acedido a 15 de março de 2011, de Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>.
- Tobis. (2011). <http://www.tobis.pt>. Acedido a 02 de maio de 2011, de Tobis, em www.tobis.pt.
- Infopédia. (2011). [http://www.infopedia.pt/\\$imprensa-em-portugal-ate-ao-seculo-xvii](http://www.infopedia.pt/$imprensa-em-portugal-ate-ao-seculo-xvii). Acedido a 13 de junho de 2011, de Infopédia, em www.infopedia.pt.
- Vaz, T. (2009). Diário de Notícias completa hoje 145 anos In www.dn.pt/inicio/. Acedido em 18 de setembro de 2011 em: http://www.dn.pt/inicio/tv/interior.aspx?content_id=1457781&seccao=Media
- Fundação Mário Soares [FM Soares]. (2012). <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=037452>. Acedido a 13 de outubro de 2012, de FM Soares, em www.fmsoares.pt.
- Sousa, J. P. (2008). Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de abril de 1974 In www.bocc.ubi.pt/. Acedido em 10 de outubro de 2012 em <http://www.bocc.ubi.pt/>.